

RELATÓRIO ANUAL



COMISSÃO DE
SEGURIDADE SOCIAL
E FAMÍLIA



BRASÍLIA - DF



RELATÓRIO 2016

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Conceição Sampaio (PP/AM)

1º Vice-Presidente: Hiram Gonçalves (PP/RR)

2º Vice-Presidente: Odorico Monteiro (PROS/CE)

3º Vice-Presidente: Alexandre Serfiotis (PMDB/RJ)

Equipe Servidores da CSSF

Cláudia Ribeiro Vieira de Mello
Diógenis dos Santos
Eliane de Souza Cavalcanti Gontijo
Elita Henrique de Sousa
Elizabeth Christina da C. Lopes Barbosa
Honejohnny Pereira da Silva
Isabella Mezzeth Filippi
Márcia Cristina Abreu
Patrícia Silveira Cavalcante
Raimundo José Alves
Roberta de Aguiar Costa Mascarenhas
Ronaldo César da Silveira
Roberval Martins Pereira
Rubens Gomes Carneiro Filho

Fotografias

Diógenis dos Santos (CSSF)
(Banco de Imagens- CD)
Roberval Martins (CSSF)
Alexandre Fontoura (CSSF)

SUMÁRIO

I.	APRESENTAÇÃO.....	9
II.	COMPOSIÇÃO.....	10
III.	AGENDA DA PRESIDENTE.....	14
3.1.	Encontro com Entidades Representativa de Diversos Segmentos da Sociedade na sala da Presidência.....	14
3.2.	Visita a Ministros	36
IV.	DEBATES NA CSSF	38
4.1.	SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	38
4.1.1	Audiências Públicas	38
4.2.	OUTROS EVENTOS	54
V.	PROJETOS APRECIADOS	58
VI.	SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO.....	67
6.1.	Permanentes.....	67
6.1.1.	Subcomissão Permanente de Saúde.....	67
6.1.2.	Subcomissão Permanente de Assistência Social.....	68
6.1.3.	Subcomissão Permanente de Previdência Social.....	68
6.2.	Especiais.....	68
6.2.1.	Subcomissão Especial destinada a avaliar o sistema de adoção brasileiro.....	68
6.2.2.	Subcomissão Especial destinada a tratar da situação atual das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva).....	69
6.2.3.	Subcomissão Especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras.....	69
VII.	EMENDAS DA CSSF À LDO E A LOA.....	76
7.1.	Emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016.....	76
7.2.	Emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual – LOA 2016.....	76
VIII.	NÚMEROS DA COMISSÃO.....	80
8.1.	PROPOSIÇÕES.....	80
8.2.	DESIGNAÇÕES REALIZADAS.....	80
8.3.	REUNIÕES REALIZADAS.....	81
IX.	ANEXOS.....	82
9.1.	ACORDO DE PROCEDIMENTOS.....	82
9.2.	EDIÇÕES DO PLENÁRIO 7.....	88

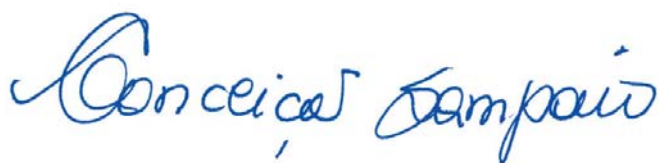
I. APRESENTAÇÃO

Ainda que tenhamos registrado um ano de 2016 com tantas dificuldades, quero reconhecer o empenho e o comprometimento de todos os membros da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Colegas valiosos, que contribuíram muito para que pudéssemos deliberar e colocar em votação projetos importantes para a população brasileira.

Registro aqui também o meu agradecimento e reconhecimento aos servidores e consultores da Comissão, que nos ajudaram, com tanta dedicação e competência, tornando o dia-a-dia mais leve e o trabalho sempre exitoso.

Sou muito agradecida a Deus pela oportunidade tão honrosa que tive de, ao lado de tantos amigos, conduzir os trabalhos de uma Comissão Técnica tão importante como é a CSSF.

Faço aqui, o meu mais profundo agradecimento ao meu partido, o PP, ao presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, aos colegas parlamentares, aos servidores da Comissão e da Casa. Porque esse foi, certamente, um trabalho compartilhado e feito a várias mãos.



Conceição Sampaio

Deputada Federal - PP/AM

Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família

II. COMPOSIÇÃO

TITULARES



Adelson Barreto
(PR-SE)



Alexandre Serfiotis
(PMDB-RJ)



Angela Albino
(PCdoB-SC)



Antônio Brito
(PSD-BA)



Assis Carvalho
(PT-PI)



Benedita da Silva
(PT-RJ)



Brunny
(PR-MG)



Carlos Gomes
(PRB-RS)



Carlos Manato
(SD-ES)



Carmen Zanotto
(PPS-SC)



Célio Silveira
(PSDB-GO)



Chico D'Angelo
(PT-RJ)



Conceição Sampaio
(PP-AM)



Darcísio Perondi
(PMDB-RS)



Dr. Jorge Silva
(PHS-ES)



Dr. Sinval Malheiros
(PTN-SP)



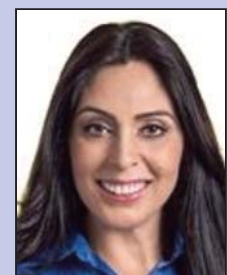
Dulce Miranda
(PMDB-TO)



Eduardo Barbosa
(PSDB-MG)



Flavinho
(PSB-SP)



Geovânia de Sá
(PSDB-SC)



Geraldo Resende
(PMDB-MS)



Giovanni Chierini
(PR-RS)



Hiran Gonçalves
(PP-RR)



Jandira Feghali
(PCdoB-RJ)



Jean Wyllys
(PSOL-RJ)

TITULARES



Jhonatan de Jesus
(PRB-RR)



João Marcelo Souza
(PMDB-MA)



Jones Martins
(PMDB-RS)



Jorge Solla
(PT-BA)



Leandre
(PV-PR)



Mandetta
(DEM-MS)



Marcelo Belinati
(PP-PR)



Mário Heringer
(PDT-MG)



Marcus Pestana
(PSDB-MG)



Marx Beltrão
(PMDB-AL)



Miguel Lombardi
(PR-SP)



Misael Varella
(DEM-MG)



Odórico Monteiro
(PROS-CE)



Paulo Foletto
(PSB-ES)



Pepe Vargas
(PT-RS)



Pompeo de Mattos
(PDT-RS)



Ricardo Bentinho
(PRB-SP)



Rosinha da Adefal
(PTdoB-AL)



Saraiva Felipe
(PMDB-MG)



Shéridan
(PSDB-RR)



Sóstenes Cavalcante
(PEM-RJ)



Toninho Pinheiro
(PP-MG)



Zeca Cavalcanti
(PTB-PE)



Zenaide Maia
(PR-RN)

SUPLENTES



Adail Carneiro
(PP-CE)



Adelmo Leão
(PT-MG)



Antônio Jácome
(PMN-RN)



Arlindo Chinaglia
(PT-SP)



Arnaldo Faria de Sá
(PTB-SP)



Arnon Bezerra
(PTB-CE)



Christiane Yared
(PR-PR)



Cristiane Brasil
(PTB-RJ)



Danilo Forte
(PSB-CE)



Diego Garcia
(PHS-PR)



Dr. João
(PR-RJ)



Eli Correa Filho
(DEM-SP)



Erika Kokay
(PT-DF)



Fábio Mitidieri
(PSD-SE)



Flávia Morais
(PDT-GO)



Francisco Floriano
(DEM-RJ)



Heitor Schuch
(PSB-RS)



Henrique Fontana
(PT-RS)



Hugo Motta
(PMDB-PB)



Ivan Valente
(PSOL-SP)



Jô Moraes
(PCdoB-MG)



João Campos
(PRB-GO)



João Paulo Kleinubing
(PSD-SC)



Jorge Tadeu Mudalen
(DEM-SP)



Juscelino Filho
(DEM-MA)

SUPLENTES



Lobbe Neto
(PSDB-SP)



Luiz Carlos Busato
(PTB-RS)



Macedo
(PP-CE)



Marcos Soares
(DEM-RJ)



Mariana Carvalho
(PSDB-RO)



Pedro Cunha Lima
(PSDB-PB)



Raimundo Gomes
de Matos
(PSDB-CE)



Raquel Muniz
(PSD-MG)



Renato Molling
(PP-RS)



Rômulo Gouveia
(PSD-PB)



Rôney Nemer
(PP-DF)



Rosângela Gomes
(PRB-RJ)



Ságuas Moraes
(PT-MT)



Sérgio Vidigal
(PDT-ES)



Silas Câmara
(PSD-AM)



Silas Freire
(PR-PI)



Takayama
(PSC-PR)



Valtenir Pereira
(PMDB-MT)



Vitor Lippi
(PSDB-SP)



Weliton Prado
(PMB-MG)



Wilson Filho
(PTB-PB)



Zeca Dirceu
(PT-PR)

Outros deputados que fizeram parte da CSSF



Rejane Dias
(PT-PI)



Josi Nunes
(PMDB-TO)



Júlia Marinho
(PSC-PA)

III. AGENDA DA PRESIDENTE

3.1. Encontro com Entidades Representativas de Diversos Segmentos da Sociedade na sala da Presidência e Participação em Eventos

No início de maio de 2016, foram publicadas as Portarias 958 e 959, do Ministério da Saúde, que alteravam a composição das equipes de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes Comunitários de Endemias (ACE). As duas medidas, assinadas pelo então Secretário Executivo do Ministério da Saúde, José Agenor Álvares da Silva, foram editadas no final do Governo da Presidente Dilma Rousseff.

As Portarias provocaram protestos imediatos entre as categorias de ACS e ACE, que entenderam que as mesmas provocariam a demissões dos profissionais das duas categorias, que poderiam ser substituídos por técnicos de enfermagem e enfermeiros. No entendimento dos representantes dos

ACS e ACE, os agentes de saúde e de endemias devem continuar atuando na prevenção de saúde, enquanto os técnicos de enfermagem e enfermeiros devem atuar nas Unidades Básicas de Saúde e Hospitais. Por isso, as duas categorias se mobilizaram e foram a Brasília, reivindicar a revogação das duas portarias.

A partir da demanda apresentada pelos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias para revogação de Portaria do Ministério da Saúde, na reunião deliberativa do dia 18/05/2016, a Presidente reservou espaço semanal na sua agenda para receber representantes de várias Instituições que buscam diálogo com a Comissão, a começar pelos Agentes Comunitários de Saúde.



Representantes dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias (ao fundo) no Plenário 7, durante a reunião de 18 de maio, aguardando para serem recebidos pela presidente da Comissão ao final da reunião.



DIA 18 DE MAIO – QUARTA-FEIRA

Agentes Comunitários de Saúde, com a participação da Deputada Carmen Zanotto e dos Deputados Antonio Brito e Odorico Monteiro. Assunto: Revogação das Portarias 958 e 959 do Ministério da Saúde.





DIA 2 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

Gerente de Relações Governamentais Rodrigo Moccia, da AMBEV, em visita de cortesia.



DIA 2 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

Dep. Maria do Rosário e Representantes da ANAPAR – Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão





DIA 2 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

Victor Bicca Neto, Diretor de Assuntos Governamentais da Coca Cola, e Thiago Skaf, gerente de Relações Institucionais da Coca-Cola, em visita de cortesia.



XXIII Fórum Parlamentar Brasil - Europa

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara promoveu, no dia 2 de junho, a vigésima terceira edição do Fórum Parlamentar Brasil-Europa. O fórum visa apresentar as mudanças de posicionamento da comissão e do atual Ministério das Relações Exteriores, comandado pelo Ministro José Serra.

A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), deputada federal Conceição Sampaio (PP-AM) participou do painel de discussão "O Estado de bem-estar social e as desigualdades", no início da tarde, com a apresentação "O Estado de Bem-Estar Social no Brasil".

Segundo a Delegação da União Europeia no Brasil, em 2011, 37% do comércio da comunidade europeia com a América Latina foi feito com o Brasil. O bloco europeu importou do Brasil principalmente produtos primários, em especial produtos agrícolas, combustíveis e minérios. Em

2012, a União Europeia foi o principal parceiro do Brasil, responsável por 20% das exportações totais. As negociações consistiram, principalmente, de produtos manufaturados, como maquinaria, equipamento de transporte e produtos químicos.

A Comissão de Relações Exteriores elencou três temas para o debate: "Criando uma nova geração de comércio internacional"; "O Estado de bem-estar social e as desigualdades"; e "Migração e Refugiados".

A programação teve início às nove horas da manhã no Auditório Nereu Ramos e estendeu-se por todo o dia. Entre os convidados estavam o deputado do Parlamento Europeu Francisco Assis; o embaixador da União Europeia no Brasil, João Gomes Cravinho; e o Diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, José Sombra Saraiva.





DIA 9 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA
Hubert Guarino, Diretor Presidente da Sanofi Pasteur; Solange Dallana, Diretora de Relações Governamentais; Marcello Scatollini, Diretor de Public Affairs do Grupo Sanofi. Assunto: Vacina contra a Dengue.



DIA 9 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

*Melina Calasans, Diretora da Roche;
Assunto: Melhoria da qualidade de
vida das mulheres brasileiras*



*Tércio Egon Paulo
Kasten, Presidente da
Confederação
Nacional de Saúde -
Assunto: Projetos de
interesse da
Confederação que
estão na CSSF, com
participação da Dep.
Carmen Zanotto.*





DIA 16 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

Manoel Neri, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem – Assunto: Projetos de Lei de interesse da Enfermagem.



**DIA 16 DE JUNHO -
QUINTA-FEIRA**

Israel Teixeira de Assunção da Assessoria Parlamentar do TCU (Aspar); Marcelo Barbosa, Secretário da Secex Saúde; Fábio Granja da Secex Previdência; e Karla Cristina, Assessora Chefe da ASPAR do TCU.



DIA 16 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

Conselho Executivo da ANFIP Wilson Romero e João Laércio, Presidente e Diretor de Assuntos Parlamentares – Assunto: visita de cortesia





DIA 16 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

Com representantes da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comandante da Marinha – Comandantes Taiarol, Érika e Pavoni.



DIA 20 DE JUNHO – SEGUNDA-FEIRA

Com o Presidente da ANVISA, Jarbas Barbosa.



DIA 21 DE JUNHO – TERÇA-FEIRA

Presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional de Hospitais Privados - Anahp, Sr. Francisco Balestrin, e a Assessora de Relações Institucionais, Sra. Flávia Lopes.



DIA 28 DE JUNHO – TERÇA-FEIRA

Dra. Débora Kawano e Dr. Fabrício Gonçalves da Sociedade Brasileira de Radiologia - Assunto: PL 3886/15



Tatiane Garcia Schofield e Aluizio Davis, da INTERFARMA, com a presença da Dep. Mariana Carvalho.



Assessora de Relações Institucionais da ABIR – Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcolólicas, Mariana Bianchetti, e o Diretor de Relações Institucionais André Porto.



DIA 7 DE JULHO – QUINTA-FEIRA

Ex-Deputado Joel de Holanda e Senhor Reginaldo Arcuri, da FARMA BRASIL – Assunto: Projeto de Lei sobre Rastreabilidade de Medicamentos.



Representantes do Grupo Merck, Sra. Soraya Araújo, gerente Relações Governamentais do Grupo Merck e Bárbara Salles, Consultora de Relações Governamentais. Assunto: relacionados à saúde e apresentação de algumas iniciativas sobre temas em pauta na Comissão.



Alexandre Seabra, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados



Marina Tonoli, Gerente de Marketing de Produto; Guilherme Dias, Especialista em Desenvolvimento e Aplicação de Produto e Giuliana Franco, Coordenadora de Relações Governamentais da Empresa Multinacional 3M. Assunto: Vestimentas de Visibilidade.



DIA 12 DE JULHO – TERÇA-FEIRA

Denise Blaques - Supervisora de Planejamento e Projetos do Instituto Lado a Lado, e Hérica Rodrigues - Assuntos governamentais do Instituto Lado a Lado pela Vida.



Célia Chaves, jornalista do Programa Terra Legal que trata da regularização fundiária das terras públicas na Amazônia Legal.



Adriana Mariano dos Santos - Fundação PIO XII - Hospital de Câncer de Barretos; Lilian Cristina Fernandes - Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo; Rodrigo Moraes Beillo - Graac - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer; Altair Ribeiro - Hospital Amaral Carvalho de Jaú; Joaquim Nogales - Hospital Amaral Carvalho de Jaú. Participação do Dep. Eduardo Barbosa e da Dep. Carmen Zanoto.





DIA 9 DE AGOSTO – TERÇA-FEIRA

Capitão de Mar e Guerra Sergio Gago Guida, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete do Comandante da Marinha, acompanhado dos Comandantes Leonardo Pavoni e Moreira.



Carlos dos Santos, Lídia de Jesus, Ana Lago, Gláucio Rodrigues, Sonia Bonifácio, Dinara Del Rio, Rosângela Rodrigues, Luciano W. Veras, da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS. Assunto: planos da GEAP.



DIA 23 DE AGOSTO – TERÇA-FEIRA

Dra. Marcela Junqueira, Diretora de Acesso ao Mercado da Shire, e Bárbara Salles, Consultora de Relações Governamentais da Shire, empresa farmacêutica. Assunto: iniciativas relacionadas às doenças raras em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família.



DIA 13 DE SETEMBRO – TERÇA-FEIRA

Daniela Alves - Representante da Aliança de Controle ao Tabagismo em Brasília. Assunto: Relatoria do PLP 4/2015 (Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a fabricação ou a importação de tabaco e seus derivados, para o custeio de ações de tratamento aos doentes vítimas do tabagismo).



Comissão dos Aprovados no Concurso do INSS em 2016 - Assunto: solicitação de intercessão da presidente junto ao INSS para que fosse apressado o processo de convocação.





Milena Daher, Gerente de Acesso da Baxter -
Visita de Cortesia



DIA 20 DE SETEMBRO – TERÇA-FEIRA
Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia



DIA 11 DE OUTUBRO – TERÇA-FEIRA

Dr. Joaquim Nogales, Dr. Altair Ribeiro e Dr. Rivaldo Padovan, do Hospital Fundação Amaral Carvalho. Assuntos de interesse do Hospital.



DIA 25 DE OUTUBRO – TERÇA-FEIRA

Ceverton Borges, Rossana Freitas e Gilcilene El Chaer, do Conselho Federal De Farmácia - Assunto: Judicialização da Saúde e Medicamentos



Charles Tocantins, Secretário Municipal de Saúde de Tucuruí/PA, Alessandra Matias, Blenda Leite e Daniel Faleiros, Técnicos do CONASEMS.

Fotos: Roberval Martins/Assessor da CSSF

3.2. Visita a Ministros



DIA 9 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

Ministro da Saúde, Ricardo Barros. Assunto: Revogação das Portarias 958 e 959, conforme demanda apresentada pelos Agentes Comunitários de Saúde.



DIA 13 DE SETEMBRO – QUINTA-FEIRA

Ministro da Saúde, Ricardo Barros. Assunto: Projetos em Tramitação na Comissão na área de Saúde e demandas diversas.



DIA 22 DE NOVEMBRO – QUINTA-FEIRA

Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, com a presença do Dep. Adelmo Carneiro Leão. Assunto: Exclusão de famílias do Programa Bolsa Família.



IV. DEBATES NA CSSF

4.1. SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1.1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas são uma importante ferramenta do Poder Legislativo para ampliar o debate sobre os temas mais importantes e para colher as demandas da sociedade. Por isso, a

Comissão promoveu um total de 28 audiências públicas no seio da CSSF, que levaram à produção de resoluções, requerimentos, proposições diversas e outras iniciativas, além de aprofundar o conhecimento e o debate sobre temas abordados em propostas em tramitação na Comissão.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
31/05/2016	Discutir a terceirização dos serviços de saúde no Distrito Federal e a contratação de servidores concursados	Deputada Erika Kokay	Saúde
09/06/2016	Debater as Portarias nº 958 e 959, de 10 de maio de 2016, do Ministério da Saúde, que respectivamente, altera o anexo I da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, para ampliar as possibilidades de composição das Equipes de Atenção Básica, e define o valor do incentivo referente ao acréscimo dos profissionais na equipe multiprofissional – Saúde Família	Deputados Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Odorico Monteiro, subscritos pelos Deputados Jorge Solla, Carmem Zanotto, Dr. João, Alexandre Serfiotis, Marx Beltrão, Geraldo Resende e Zenaide Maia	Saúde

Audiência Pública para Debater as Portarias nº 958 e 959, de 10 de maio de 2016, do Ministério da Saúde, que respectivamente, altera o anexo I da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, para ampliar as possibilidades de composição das Equipes de Atenção Básica, e define o valor do incentivo referente ao acréscimo dos profissionais na equipe multiprofissional – Saúde Família. Foto: Antônio Augusto/Câmara dos Deputados.





Audiência pública das Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), de Seguridade Social e Família (CSSF) e da Secretaria da Mulher para debater sobre “Zika Vírus e Microcefalia”. Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde, Maria Inez Pordeus Gadelha. Foto: Antônio Augusto/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
14/06/2016	Debater sobre o tratamento da hemofilia e a dependência tecnológica no setor	Deputado Paulo Foletto, subscrito pelos Deputados Odorico Monteiro, Geraldo Resende e Adelmo Carneiro Leão	Saúde
15/06/2016	Debater o tema Zika Vírus e Microcefalia	Deputada Zenaide Maia	Saúde
16/06/2016	Debater planos de saúde de Autogestão	Deputado Jorge Solla, subscrito pela Deputada Zenaide Maia	Saúde



Audiência pública para debater os Planos de Saúde de Autogestão. Foto: Antônio Augusto/Câmara dos Deputados.

Debater a situação em que se encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na área da saúde.
Foto: Lúcio Bernardo Júnior/Câmara dos Deputados.



Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
21/06/2016	Debater a situação em que se encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na área da saúde	Deputado Antonio Brito, subscrito pelos Deputados Sinval Malheiros, Carmen Zanotto, Jorge Solla e Odorico Monteiro	Saúde
28/06/2016	Debater o câncer de colo de útero Participação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	Deputado Geraldo Resende, subscrito pelas Deputadas Dulce Miranda e Carmen Zanotto e Requerimento da Deputada Zenaide Maia	Saúde
28/06/2016	Prorrogação dos Contratos sem a realização do REVALIDA para participação no Programa Mais Médicos	Deputados Alan Rick e Mandetta	Saúde

Audiência conjunta das comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) para debater sobre o câncer de colo de útero
Foto: Cleia Vianna/Câmara dos Deputados.





Audiência pública sobre o Sistema S da Saúde
Foto: Lúcio Bernardo Júnior/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
12/07/2016	Avaliar e Debater o Programa Nacional de Imunizações	Deputado Odorico Monteiro, subscrito pelos Deputados Dr. Sinval Malheiros, Geraldo Resende, Dr. Jorge Silva e Carmen Zanotto	Saúde



Audiência pública para avaliar e debater o Programa Nacional de Imunizações.
Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
13/07/2016	Discutir o Sistema S da Saúde Reunião de Audiência Pública com o senhor Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Seguridade Social e Família	Deputados Carlos Gomes, Ivan Valente e Marcelo Belinati	Saúde

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
14/07/2016	Discussão do Projeto de Lei nº 2.029, de 2015, que “institui a Política Nacional do Cuidado e dá outras providências”	Deputada Flávia Moraes, subscrito pelos deputados Odorico Monteiro, Erika Kokay, Adelmo Carneiro Leão, Geraldo Resende, Carmen Zanotto e Dulce Miranda	Assistência Social
04/10/2016	Discutir o Projeto de Lei nº 5.462/16, originado do Projeto de Lei do Senado nº 727/15, de autoria do Senador José Serra	Deputado Adelmo Carneiro Leão, subscrito pelo Deputado Jorge Solla	Saúde
06/10/2016	Debater a importância dos Grupos e Coordenações da Terceira Idade como estratégia de assistência integral e multidisciplinar ao idoso	Deputadas Conceição Sampaio e Leandre, subscrito pelos Deputados Marx Beltrão e Geovânia de Sá	Assistência Social

Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 2.029, de 2015, que “institui a Política Nacional do Cuidado e dá outras providências”.

Foto: Lúcio Bernardo Júnior/Câmara dos Deputados.



Audiência Pública para debater a importância dos Grupos e Coordenações da Terceira Idade como estratégia de assistência integral e multidisciplinar ao idoso

Foto: Cleia Vianna/Câmara dos Deputados.





Audiência pública para Debater a Portaria 1482 de 2016, do Ministério da Saúde, que institui Grupo de Trabalho para discutir Projeto de Plano de Saúde Acessível Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
18/10/2016	Debater a Portaria 1482 de 2016, do Ministério da Saúde, que institui Grupo de Trabalho para discutir Projeto de Plano de Saúde Acessível	Deputados Jean Wyllys, Carmen Zanotto e Jandira Feghali, subscritos pelo Deputado Odorico Monteiro	Saúde
20/10/2016	Discutir o Projeto de Lei nº 5230/16, que inclui nas disposições da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, as fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e as fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas.	Deputada Flávia Moraes, subscrito pelo Deputado Marx Beltrão	Saúde
20/10/2016	Debater doenças raras, dificuldades no acesso ao tratamento e a judicialização sob a ótica do paciente	Deputada Mariana Carvalho, subscrito pelos Deputados Jorge Solla, Leandre, Dulce Miranda, Carmen Zanotto, e Alexandre Serfiotis e Marcus Pestana	Saúde



Audiência pública para Debater doenças raras, dificuldades no acesso ao tratamento e a judicialização sob a ótica do paciente. Foto: Lúcio Bernardo Júnior/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
25/10/2016	Discutir a utilização de biotecnologia para o combate ao mosquito <i>Aedes Aegypti</i>	Deputado Adail Carneiro, subscrito pelos Deputados Marx Beltrão e Marcus Pestana	Saúde
08/11/2016	Discutir os objetivos 5, 6, 7 e 8 do plano de trabalho da Subcomissão especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais	Deputados Leandre, Carmen Zanotto, Arlindo Chinaglia, Eduardo Barbosa, Adelmo Carneiro Leão, Dulce Miranda	Saúde
09/11/2016	Políticas de inclusão no mundo do trabalho de pessoas com doenças musculoesqueléticas AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA CTASP, CPD E CSSF	Deputados Mandetta e Mara Gabrilli, subscrito pelo Deputado Sinval Mالهeiros.	Assistência Social

*Audiência Pública para discussão dos objetivos 5, 6, 7 e 8 do plano de trabalho da Subcomissão especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais.
Foto: Lúcio Bernardo Júnior.*



*Audiência Pública para discussão discutir as Políticas de inclusão no mundo do trabalho de pessoas com doenças musculoesqueléticas.
Foto: Lúcio Bernardo Júnior.*



Audiência pública sobre o controle social e a participação popular na Previdência Social, no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Foto: Leonardo Prado/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
10/11/2016	Debater o PL 3309/2015, que institui o dia nacional de prevenção ao AVC	Deputado Jorge Solla, subscrito pelo Deputado Odorico Monteiro	Saúde
10/11/2016	Discutir o controle social e a participação popular na Previdência Social, no Sistema Único de Saúde – SUS e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS	Deputada Angela Albino, subscrito pelo Deputado Jorge Solla	Assistência Social
17/11/2016	Discutir o Projeto de Lei nº 605, de 2015, que define diretrizes para a política de atenção integral aos portadores de doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.	Deputado Hiran Gonçalves	Assistência Social



Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 605, de 2015, que define diretrizes para a política de atenção integral aos portadores de doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências. Foto: Luís Macedo/Câmara dos Deputados.

Audiência Pública para Discutir sobre inclusão e ampliação dos itens financiáveis para emendas parlamentares junto ao Ministério da Saúde, para os hospitais filantrópicos. Foto: Gilmar Félix/Câmara dos Deputados.



Audiência Pública para Discutir sobre inclusão e ampliação dos itens financiáveis para emendas parlamentares junto ao Ministério da Saúde, para os hospitais filantrópicos. Foto: Gilmar Félix/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
22/11/2016	Instituir o Dia Nacional do Endocrinologista.	Deputada Carmen Zanotto, subscrito pelos Deputados Leandre, Mandetta, Hiran Gonçalves, Geraldo Resende, Raquel Muniz, Silas Freire, Dulce Miranda, Zenaide Maia e Raimundo Gomes de Matos	Saúde
24/11/2016	Debater sobre os efeitos da adoção do horário de verão – PL nº 397 de 2007, que dispõe sobre a proibição de estabelecimento de horários especiais.	Deputado Darcísio Perondi	Saúde
28/11/2016	Discutir sobre inclusão e ampliação dos itens financiáveis para emendas parlamentares junto ao Ministério da Saúde, para os hospitais filantrópicos.	Deputada Geovânia de Sá	Saúde



Audiência pública para debater sobre a possibilidade de aborto nos casos de gestantes infectadas pelo zika vírus. Foto: Lúcio Bernardo Júnior/Câmara dos Deputados.

Audiência pública Debater o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose, que se encontra em processo de elaboração. Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados.



Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
29/11/2016	Instruir a análise do Projeto de Lei nº 8006, de 2014, que acrescenta o art. 47-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.	Deputado Eduardo Barbosa, subscrito pelas Deputadas Zenaide Maia e Érika Kokay	Assistência Social
06/12/2016	Debater sobre a possibilidade de aborto nos casos de gestantes infectadas pelo zika vírus.	Deputado Flavinho	Saúde
06/12/2016	Debater o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose, que se encontra em processo de elaboração	Deputado Antonio Brito, subscrito pelos Deputados Sóstenes Cavalcante, Benedita da Silva e Alexandre Serfotis	Saúde



Audiência pública para debater as atribuições profissionais dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, a Política Nacional de Atenção Básica e a definição da política de reajuste do Piso Salarial Nacional das categorias. Foto: Gilmar Félix/Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
08/12/2016	Discutir sobre as causas do suicídio e estratégias de prevenção.	Deputados Raimundo Gomes de Matos, Giovani Cherini e Vitor Lippi, subscritos pelos Deputados Alexandre Serfiotis, Benedita da Silva, Carmen Zanotto e Flavinho	Saúde
08/12/2016	Debater as atribuições profissionais dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, a Política Nacional de Atenção Básica e a definição da política de reajuste do Piso Salarial Nacional das categorias.	Deputados Odorico Monteiro, Raimundo Gomes de Matos e Valtenir Pereira, subscritos pelos Deputados Jorge Solla, Carmen Zanotto, Jean Wyllys, Mandetta, Dr. Jorge Silva, Adelson Barreto, Geraldo Resende, Luciano Ducci e Raquel Muniz	Saúde
12/12/2016	Discutir a situação do paciente de alto risco cardiovascular tendo como foco o colesterol, por ser um dos mais graves fatores de risco para as doenças cardiovasculares.	Deputado Alexandre Serfiotis	Saúde



Audiência pública para debater as atribuições profissionais dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, a Política Nacional de Atenção Básica e a definição da política de reajuste do Piso Salarial Nacional das categorias. Foto: Gilmar Félix/Câmara dos Deputados.



Audiência pública para discutir a situação do paciente de alto risco cardiovascular tendo como foco o colesterol, por ser um dos mais graves fatores de risco para as doenças cardiovasculares. Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados.



Audiência pública para debater e dar Esclarecimentos sobre o preço de comercialização de medicamentos em farmácias brasileiras. Foto: Lúcio Bernardo Júnior.

Data	Tema	Parlamentar autor do Requerimento	Macrotema
13/12/2016	Esclarecimentos sobre o preço de comercialização de medicamentos em farmácias brasileiras	Deputados Marcus Pestana e Toninho Pinheiro	Saúde
15/12/2016	Debater a situação das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) no País.	Deputado Silas Freire, subscrito pelas deputadas Zenaide Maia e Carmen Zanotto	Saúde

Audiência pública para esclarecimentos sobre o preço de comercialização de medicamentos em farmácias brasileiras. Diretora Substituta do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Sandra Barros. Foto: Lúcio Bernardo Júnior.





Audiência pública para debater a situação das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) no País. Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Audiência pública para debater a situação das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) no País. Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

4.1.2. OUTROS EVENTOS

5 a 7 de julho

IV Seminário do Marco Legal da Primeira Infância discutiu implementação da Lei

Realizado nos dias 5, 6 e 7 de julho e resultado de uma iniciativa conjunta da Câmara dos Deputados (Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, Frente Parlamentar da Educação, Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, Educação e Seguridade Social e Família), do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e do Senado Federal (Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz e Procuradoria Especial da Mulher), o IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância sucedeu as três edições anteriores de Seminários Internacionais com apresentações e debates que ensejaram a proposição e aperfeiçoamento do Marco Legal da Primeira Infância, recentemente sancionado como Lei Federal nº 13.257/2016. Essa nova legislação institui a Política Integrada da Primeira Infância, visando à atuação intersetorial e multiprofissional para promoção do desenvolvimento humano a partir da atenção às crianças de até seis anos de idade.

Para levar a fundo as discussões para a adequada aplicação da Lei 13.257/2016, por meio de exposições, trocas de experiências, debates e difusão de boas práticas e materiais de referência que favoreçam sua adequada compreensão e implementação, o Seminário contou, em sua programação, com especialistas e autoridades que participaram de duas mesas redondas com vários temas, dois painéis e seis audiências públicas, durante os três dias do seminário e em vários plenários e auditórios da Câmara e do Senado.

A Solenidade de abertura, realizada no dia 5, no auditório Petrônio Portela do Senado, contou

com as presenças do Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, Senador José Medeiros; da Presidente da Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal, Sra. Lilsle Lucena; do Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, Deputado Alex Canziani; do Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Deputado Arnaldo Faria de Sá, da Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, Deputada Conceição Sampaio; da Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, Deputada Gorete Pereira; do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra; e do representante do Diretor do Banco Mundial no Brasil, senhor Boris Utria.

Ao longo dos diversos eventos e debates, parlamentares e outras autoridades, incluindo Cida Borghetti, Vice-governadora do Paraná e Presidente da Comissão Especial da Primeira Infância em 2014, e o Ministro da Saúde Ricardo Barros foram moderadores e coordenadores das mesas de discussão e das audiências públicas.

Ao final do IV Seminário, ficou a certeza de que o Marco Legal da Primeira Infância coloca o Brasil na vanguarda da era dos direitos positivos em termos de elaboração de leis voltadas à promoção do desenvolvimento integral na Primeira Infância, e que investir na Primeira Infância é a melhor estratégia para promoção da experiência plena de ser criança, de contribuir para o desenvolvimento humano saudável, requisito essencial para o desenvolvimento sustentável de uma Nação.



IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância. Seminário Conjunto (Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, Frente Parlamentar da Educação, Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Educação; Seguridade Social e Família), do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e do Senado Federal (Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz e Procuradoria Especial da Mulher). Foto: Gustavo Lima/Câmara dos Deputados.



IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância. Audiência pública sobre os desafios da construção de instrumentos de monitoramento do desenvolvimento infantil e das políticas públicas Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados.



IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância. Audiência pública sobre os desafios da construção de instrumentos de monitoramento do desenvolvimento infantil e das políticas públicas Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados.



IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância. Fala do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Serra. Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados.

10 de agosto

Comissão realiza seminário com o tema "Em defesa da vida e da família"

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou, em 10 de agosto de 2016, o Seminário "Em defesa da vida e da família", atendendo a requerimento do deputado Diego Garcia (PHS-PR), subscrito pelos deputados Alan Rick (PRB-AC), Antonio Brito (PSD-BA), Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), Rôney Nemer (PP-DF), Carlos Gomes (PRB-RS) e Silas Freire (PR-PI). O seminário foi realizado no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Segundo os autores, o seminário serviu para trazer informações atuais e pertinentes tanto para os parlamentares quanto a sociedade civil, permitindo assim melhor discernimento nas tomadas de decisões em relação às inúmeras propostas em tramitação na Casa relacionadas ao tema

"Efetivamente, a promoção da dignidade da família, dos direitos humanos, e a exposição de temas como educação para a família são o caminho mais seguro para o desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade, em todos os seus níveis: espiritual, moral, social, político, econômico", destacaram os deputados na justificativa do evento.

O 1º vice-presidente da Associação Nacional

Pró-Vida e Pró-Família, Paulo Fernando Melo Costa, defendeu a proibição de aborto no Brasil, inclusive em caso de estupro. Hoje, nesses casos, a interrupção da gravidez não é criminalizada pela legislação brasileira. "Quem deve ser punido é o estuprador, e não a criança", defendeu. "Não se justifica um ato indigno, o estupro, por outro muito mais indigno, que é matar a criança", completou.

Mais cedo, no seminário, o deputado Diego Garcia (PHS-PR) anunciou que pretende apresentar a chamada "PEC da Vida" - proposta de emenda à Constituição para assegurar o direito à vida desde a concepção.

Outros participantes do seminário na Câmara dos Deputados foram a Dra. Elizabeth Kippman, especialista em Bioética; parlamentares da Frente em Defesa da Vida e da Família; o Bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Antônio Augusto; Dra. Lenise Garcia, presidente do Movimento Brasil Sem Aborto; Tiba Camargo, coordenador do Movimento Juntos pela Vida e missionário da Comunidade Canção Nova; Mariângela Consoli de Oliveira, presidente da Associação Guadalupe de atendimento a mães gestantes; dentre outros.

Seminário "Em Defesa da Vida e da Família". Deputado Diego Garcia (PHS-PR), um dos proponentes. Fotos: Luis Macedo/Câmara dos Deputados





O autor do requerimento, de número 390/2016, para a realização do evento foi o deputado Odorico Monteiro (terceiro da esquerda para a direita), tendo sido subscrito pelos deputados Marcus Pestana, Leandre, Dulce Monteiro, Carmen Zanotto e Pepe Vargas (Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados).

Integração de Ações e Serviços em Regiões de Saúde é tema de Seminário na Comissão de Seguridade Social e Família

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF) realizou em 13 de setembro, no Plenário 7 do Anexo 2 da Câmara, seminário sobre o tema “A Integração das Ações e Serviços em Regiões de Saúde Mediante Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde, Disciplina a Associação Regional de Saúde e o Atendimento Integral”. O autor do requerimento, de número 390/2016, para a realização do evento foi o deputado Odorico Monteiro, tendo sido subscrito pelos deputados Marcus Pestana, Leandre, Dulce Monteiro, Carmen Zanotto e Pepe Vargas.

Um dos objetivos do Seminário foi a apresentação do PL 1645/2015, por seu autor, o deputado Odorico Monteiro. O Seminário foi dividido em duas mesas de debates, na tarde do dia 13, tendo sido convidados os seguintes expositores:

Izabel Maria Vilas Boas Senra - Diretora Substituta do Departamento de Articulação Interfe-

derativa do Ministério da Saúde - DAI/MS;

Marco Antônio Teixeira - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná;

Renê José Moreira dos Santos - Coordenador Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS;

Mauro Guimarães Junqueira - Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS;

Marcelo André Barbosa da Rocha Chaves - Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União;

Denílson Ferreira De Magalhães - Representante da Confederação Nacional dos Municípios;

Lenir Santos - Representante do Instituto de Direito Sanitário Aplicado – IDISA;

Helmo Nogueira De Sousa - Coordenador Regional de Saúde - Limoeiro – CE;

Marco Ackermann - Conselheiro da Associação Paulista de Saúde Pública (APSP).

Ciclo de Debates sobre o Câncer de Mama para Parlamentares na Comissão

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou, em 27 de outubro, um Ciclo de Debates sobre o Câncer de Mama, em parceria com FEMAMA. A Deputada Carmen Zanotto - Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer e autora do requerimento, presidiu os debates. Segundo a deputada, o Tribunal de Contas da União mostra, no seu relatório de 2010, que em torno de 60% dos cânceres de pacientes atendidos na rede pública só são diagnosticados quando estão em estágio avançado.

“É preciso melhorar o diagnóstico. Por isso, precisamos aprovar na Comissão de Seguridade Social e Família projeto de minha autoria que trata do período para os exames dos pacientes com suspeita de câncer. Há várias outras iniciativas que estão pensadas, num relatório que já está concluído e que deve ser apreciado, porque o paciente com câncer não pode esperar. Quando há limites orçamentários para a área da saúde, temos que escolher prioridades, inclusive dentro das prioridades

absolutas desse setor. E o câncer é uma delas”, assegurou Zanotto.

A programação contou com as apresentações dos seguintes convidados:

Thiago Turbay - Assessor de Relações Governamentais da FEMAMA.

Gustavo Fernandes - Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica Metastática no SUS.

Maira Caleffi - Mastologista, Presidente Voluntária da FEMAMA.

Ramiro Sant'ana - Defensor Público da União

Clarice Petramale - CONITEC/MS (Apresentação)

Dep. Carmen Zanotto - Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, falou sobre Comprometimento Parlamentar com a causa.

A partir das 11h, houve a sessão de debates, coordenada pela Deputada Carmen Zanotto, com mediação de Maira Caleffi.

A Deputada Carmen Zanotto, Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, coordenou sessão de debates sobre o Câncer de Mama, com participação dos convidados (Foto: Lúcio Bernardo/Câmara dos Deputados).



Comissão realiza seminário com o tema "Em defesa da vida e da família"



O 9º Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem, tratou dos casos crescentes de câncer de próstata até enfermidades no campo da saúde mental, problemas que se agravam devido ao envelhecimento da população (Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados)

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou, em 22 de novembro, o 9º Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem. O evento, realizado a partir das 14h30, no Plenário 7 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados, tratou dos casos crescentes de câncer de próstata até enfermidades no campo da saúde mental, problemas que se agravam devido ao envelhecimento da população.

O autor do requerimento foi o deputado Dr. Jorge Silva (PHS-ES), coordenador da Frente Parlamentar de Atenção Integral à Saúde do Homem, o qual lembrou que o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens, ficando atrás apenas do de pele. Médico, ele destaca que somente em 2016 serão cerca de 13 mil mortes por esse tipo de câncer no Brasil e cerca de 61 mil novos casos. A detecção do câncer de próstata em estágios iniciais aumenta em 90% as chances de cura. Daí a importância de exames de prevenção, especialmente entre homens com certas características, como explica o deputado. "Homens com

essas três características: pessoas negras, pessoas obesas e pessoas com história familiar de câncer de próstata têm que fazer o acompanhamento a partir dos 45 anos. E homens acima de 50 anos que tenham algum sintoma, alguma queixa de trato urinário."

Foram convidados os seguintes expositores:

Francisco Moreira - Coordenador da Área Técnica de Saúde do Homem do Ministério da Saúde - MS.

Geraldo Eduardo Faria - Sociedade Brasileira de Urologia - SBU.

Prof.^a Dr.^a. Carmita Abdo - Representante da Sociedade Brasileira de Psiquiatria.

Mariza Shaw - consultora Legislativa da Câmara dos Deputados.

João Paulo Toledo - Substituto da Diretora do Departamento de DST, Aids e Hepatite Virais do Ministério da Saúde - MS.

Thais Fonseca Veloso de Oliveira - Analista Técnica de políticas Sociais da Coordenação geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde - MS.

V. PROJETOS APRECIADOS

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) é a terceira maior Comissão da Casa em número de proposições em tramitação, atrás apenas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Finanças e Tributação. Excluindo-se as proposições analisadas somente quanto aos aspectos terminativos daquelas Comissões, a CSSF

torna-se a primeira comissão da Casa em números absolutos. Em 2016 foram apreciadas um total de 260 proposições, entre Projetos de Lei e Requerimentos. Desse total, 157 requerimentos foram aprovados e um foi rejeitado. Foram apreciados 102 Projetos de Lei (inclusos apensados), dos quais 96 foram aprovados e 6 foram rejeitados, conforme a lista a seguir.

Proposições apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
1	PL-7398/2002	ALOYSIO NUNES FERREIRA – Altera o art. 9º da Lei nº 9.434, de 1997. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Marcus Pestana (PSDB-MG), pela aprovação da EMS 7398/2002. Em 11/05/16.
2	PL-8189/2014	SENADO FEDERAL – LINDBERGH FARIAS – Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down. Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ), pela aprovação deste, e do PL 3514/2012, apensado, na forma do substitutivo da Comissão de Educação, com subemenda. Em 18/05/16.
3	PL-155/2015	CARMEN ZANOTTO – Reconhece ao paciente Renal Crônico, a partir da paralisia total dos rins nativos em hemodiálise e diálise peritoneal e da constatação do comprometimento de sua funcionalidade, o mesmo tratamento legal e os mesmos direitos garantidos às pessoas com deficiência. Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação deste, e do PL 2435/2015, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 456/2015, apensado. Em 18/05/16.
4	PL-1067/2007	MIGUEL MARTINI – Institui procedimentos para identificação e segurança de recém-nascidos nos hospitais e nas maternidades públicas. Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação deste, do PL 1988/2007, do PL 4456/2008, do PL 2338/2011, do PL 4628/2012, do PL 7351/2014, do PL 853/2015, do PL 4603/2012, do PL 4437/2016, e do PL 1225/2015, apensados, com substitutivo. Em 01/06/16.
5	PL-1755/2007	FÁBIO RAMALHO – Dispõe sobre a proibição da venda de refrigerantes em escolas de educação básica. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Zenaide Maia (PR-RN), pela aprovação deste. Em 01/06/16.

Proposições apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
6	PL-5510/2013	<p>HENRIQUE OLIVEIRA – Altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Zeca Cavalcanti (PTB-PE), pela aprovação parcial deste, do PL 6478/2013, e do PL 898/2015, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2792/2015, apensado. Em 01/06/16.</p>
7	PL-1621/2015	<p>WALTER ALVES – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para promover medidas de proteção e prevenção do tétano para trabalhadores da construção civil, da agricultura e do processamento de resíduos sólidos.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PROS-ES), pela aprovação, com substitutivo. Em 01/06/16.</p>
8	PL-5254/2013	<p>SENADO FEDERAL – JAYME CAMPOS – Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências”, para permitir o aviamento de receitas médicas e odontológicas em qualquer parte do território nacional, independentemente do local em que forem emitidas.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.</p> <p>Parecer com Complementação de Voto, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação deste, do PL 1605/2011, e do PL 900/2015, apensados, com substitutivo. Em 08/06/16.</p>
9	PL-8042/2014	<p>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA. – Dispõe sobre combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em contratos públicos de grandes obras.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer. Apresentaram voto favorável com restrição os deputados Jean Wyllys, Laura Carneiro, Jorge Solla, Pompeo de Mattos, Adelmo Carneiro Leão, Assis Carvalho, Odorico Monteiro, Erika Kokay e Carmen Zanotto.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação. Em 08/06/16.</p>
10	PDC-60/2015	<p>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL – Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), pela aprovação. Em 08/06/16.</p>
11	PL-7332/2014	<p>ANDRÉ FIGUEIREDO – Altera o art. 21-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a manutenção do benefício de prestação continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Mário Heringer (PDT-MG), pela aprovação deste, do PL 1662/2015, e do PL 1854/2015, apensados, com substitutivo. Em 15/06/16.</p>
12	PL-2243/2015	<p>VENEZIANO VITAL DO RÊGO – Acrescenta §2º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF), pela aprovação, com substitutivo. Em 15/06/16.</p>

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
13	PL-2451/2015	<p>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A CARTELIIZAÇÃO NA FIXAÇÃO DE PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES, INCLUSIVE, COM A CRIAÇÃO DE ARTIFICIAL DIRECIONAMENTO DA DEMANDA E CAPTURA DOS SERVIÇOS MÉDICOS POR INTERESSES PRIVADOS – MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL – Disciplina a concessão de tutela de urgência em demandas judiciais que envolvam o fornecimento de medicamentos e dispositivos médicos. Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.</p> <p>Parecer do Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS) pela aprovação, com Complementação de Voto, com emendas. Em 15/06/16.</p>
14	PL-2834/2015	<p>SENADO FEDERAL – PAULO PAIM – Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda. Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Zeca Cavalcanti (PTB-PE), pela aprovação. Em 15/06/16.</p>
15	PL-4480/2008	<p>ROBERTO BRITTO – Altera a Lei nº 9.434, de 04 fevereiro de 1997, e garante as informações sobre a importância e os benefícios da doação do sangue do cordão umbilical e a divulgação dos mesmos. Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer da Relatora, Dep. Geovania de Sá (PSDB-SC), pela aprovação, com substitutivo. Em 21/06/16.</p>
16	PL-6747/2010	<p>SENADO FEDERAL – CRISTOVAM BUARQUE – Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento dos benefícios do “Programa Bolsa Família”.</p> <p>Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Odorico Monteiro, Assis Carvalho, Zenaide Maia, Jorge Solla, Ivan Valente e Angela Albino, apresentou voto em separado o Deputado Jorge Solla.</p> <p>Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação. Em 21/06/16.</p>
17	PL-34/2015	<p>SERGIO VIDIGAL – Acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências” para tornar obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto do Idoso nos estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.</p> <p>Parecer com Complementação de Voto, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com emenda. Em 21/06/16.</p>
18	PL-6083/2009	<p>LUIZ COUTO – Institui a obrigatoriedade de realização de ginástica laboral no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), pela aprovação deste, com substitutivo. Em 28/06/16.</p>
19	PL-4233/2012	<p>RUBENS BUENO – Dispõe sobre restrições a exposição à venda, comercialização e entrega ao consumo do álcool etílico hidratado e anidro, e dá outras providências.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação deste. Em 28/06/16.</p>
20	PL-323/2015	<p>JORGE SOLLÁ – Dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação, com emenda. Em 28/06/16.</p>

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
21	PL-6687/2009	<p>SENADO FEDERAL – PATRÍCIA SABOYA – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatórias, na assistência à saúde da criança e do adolescente, as intervenções necessárias à promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.</p> <p>Parecer com Complementação de Voto, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação deste, do PL 5501/2013, e do PL 6183/2013, apensados, com substitutivo. Em 09/08/16.</p>
22	PL-201/2015	<p>POMPEO DE MATTOS - Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as empresas distribuidoras de medicamentos, com sede ou atuação no País, colocarem à disposição de todas as drogarias e farmácias os medicamentos genéricos aprovados pelo Governo Federal e dá outras providências.</p> <p>Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Eduardo Barbosa, Mandetta e Marcus Pestana e absteve-se de votar o Deputado Mário Heringer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Marx Beltrão (PMDB-AL), pela aprovação. Em 09/08/16.</p>
23	PL-1248/2015	<p>BETINHO GOMES - Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para acrescentar, entre os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, a conduta que especifica, e dá outras providências.</p> <p>Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Adelson Barreto, Mário Heringer, Zeca Cavalcanti, Mandetta e Pepe Vargas e absteve-se de votar o Deputado Silas Freire.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação. Em 09/08/16.</p>
24	PL-3170/2015	<p>DIEGO GARCIA – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (PMDB-TO), pela aprovação. Em 09/08/16.</p>
25	PL-6786/2013	<p>HENRIQUE OLIVEIRA – Limita o percentual permitido do metal cádmio nas bijuterias, acessórios assemelhados e brinquedos.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação deste, e do PL 6847/2013, apensado, com substitutivo. Em 23/08/16.</p>
26	PL-1490/2015	<p>ALFREDO NASCIMENTO – Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências, para prever a possibilidade de utilização dos recursos do FMM para a construção ou reparos de unidades básicas de saúde fluviais.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer da Relatora, Dep. Mariana Carvalho (PSDB-RO), pela aprovação. Em 23/08/16.</p>
27	PL-3212/2015	<p>SENADO FEDERAL – MARCELO CRIVELLA – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Alan Rick (PRB-AC), pela aprovação. Em 23/08/16.</p>
28	PDC-251/2015	<p>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL – Aprova, nas condições que especifica, o texto da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família, bem como o do Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, concluídos na Haia, em 23 de novembro de 2007.</p> <p>Aprovado por Unanimidade o Parecer.</p> <p>Parecer da Relatora, Dep. Christiane de Souza Yared (PR-PR), pela aprovação. Em 23/08/16.</p>

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
29	PL-7333/2014	VALADARES FILHO – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a lan houses, cybercafés e demais estabelecimentos de prestação de serviços de internet. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, com substitutivo. Em 30/08/16.
30	PL-4069/2015	SENADO FEDERAL - HUMBERTO COSTA - Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Mandetta. Parecer do Relator, Dep. Dr. Sinval Malheiros (PTN-SP), pela aprovação. Em 30/08/16.
31	PL-3181/2012	AUREO - Obriga a disponibilização de álcool em gel em praças de alimentação em shopping centers. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), pela aprovação. Em 13/09/16.
32	PL-166/2011	WELITON PRADO - Dispõe sobre a criação de Casas Apoio destinadas ao atendimento de adolescentes grávidas. Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste, do PL 1911/2011, do PL 4024/2015, e do PL 5745/2016, apensados, com substitutivo. Em 13/09/16.
33	PL-3553/2012	SENADO FEDERAL – SERYS SLHESSARENKO – Acrescenta § 2º ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou de adolescente ao exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Aprovado por Unanimidade o Parecer. A Deputada Carmen Zanotto retirou seu voto em separado. Parecer do Relator, Dep. Miguel Lombardi (PR-SP), pela aprovação, com substitutivo. Em 13/09/16.
34	PL-4374/2016	CELSO JACOB – Inclui inciso V, no art. 2º da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Marx Beltrão (PMDB-AL), pela aprovação, com substitutivo. Em 13/09/16.
35	PL-7602/2014	MARA GABRILLI – Acrescenta art. À Lei nº 7.120, de 1984 – Lei de Execução Penal. Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), pela aprovação, com emenda. Em 05/10/16.
36	PL-5462/2016	SENADO FEDERAL – JOSÉ SERRA – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, os cosméticos, os saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que “define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação de registro de medicamento e de alteração pós-registro. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Lobbe Neto (PSDB-SP), pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2016 da CSSF, da Emenda 2/2016 da CSSF, e da Emenda 3/2016 da CSSF. Em 05/10/16.

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
37	PL-1136/2011	CESAR COLNAGO – Dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, e dá providências. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação deste, e do PL 1342/2011, apensado, com substitutivo. Em 19/10/16
38	PL-3804/2012	GIOVANI CHERINI – Regulamenta a profissão de Naturólogo. Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Jorge Solla. Durante a discussão o deputado Jorge Solla retirou seu voto em separado. Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação. Em 19/10/16 .
39	PL-7150/2014	RODRIGO MAIA – Altera a Lei nº 8.080, de 11 de setembro, de 1990, para determinar a realização de campanhas destinadas à realização de exames preventivos do câncer de próstata e de mama. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação, com substitutivo. Em 19/10/16.
40	PL-44/2015	SERGIO VIDIGAL – Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo “menor” pela expressão “crianças e adolescentes, e dá outras providências Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Conceição Sampaio (PP-AM), pela aprovação, com substitutivo. Em 19/10/16.
41	PL-113/2015	ALCEU MOREIRA – Acrescenta o parágrafo único ao art. 116 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir o envio de correspondência informando que o segurado atingiu os requisitos mínimos para aposentadoria por idade ou tempo de contribuição. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Jones Martins (PMDB-RS), pela aprovação. Em 19/10/16.
42	PL-1444/2015	DR. JORGE SILVA – Altera o art. 1º da Lei nº 10.449, de 9 de maio de 2002, que dispõe sobre a comercialização de preservativos masculinos de látex de borracha. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ), pela aprovação, com emenda. Em 19/10/16.
43	PL-4075/2015	SENADO FEDERAL – ROMÁRIO – Institui o Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ), pela aprovação. Em 19/10/16.
44	PL-5534/2005	SENADO FEDERAL – JONAS PINHEIRO – Torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela aprovação deste, com substitutivo. Em 09/11/16.
45	PL-5824/2013	GERALDO RESENDE – Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular a ser celebrada em agosto de cada ano. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela aprovação. Em 09/11/16.

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
46	PL-6358/2013	GIOVANI CHERINI – Acrescenta os arts. 5-A e 5-B na Lei nº 9.867, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação. Em 09/11/16
47	PL-1454/2015	ROBERTO ALVES - Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Rosangela Gomes (PRB-RJ), pela aprovação. Em 09/11/16.
48	PL-2428/2015	EDUARDO BARBOSA – Altera os arts. 23 e 24 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, e dá outras providências, para prever a criação de programas de amparo aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas com doenças crônicas que necessitam de cuidados de longa duração. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação. Em 09/11/16.
49	PL-4431/2016	ANTONIO BULHÕES – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”, para proibir a venda de produtos fumígenos a crianças e adolescentes. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Rosangela Gomes (PRB-RJ), pela aprovação. Em 09/11/16.
50	PL-3690/2012	DARCÍSIO PERONDI – Altera a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, e dá outras providências. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação, com substitutivo. Em 23/11/16.
51	PL-5621/2013	FÁBIO FARIA – Altera o art. 103-B da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para tornar obrigatória a repactuação de débito previdenciário e do Pasep para os Municípios com menos de quinze mil habitantes em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos, e vedando a União de suspender o repasse do FPM para os Municípios nestas mesmas hipóteses. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE), pela aprovação, com substitutivo. Em 23/11/16.
52	PL-656/2015	JORGE SOLLA – Dá nova redação ao § 2º do art. 6º e acrescenta artigos 6ºF, 6ºG, 6ºH, e 6ºI à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre instâncias de negociação e consenso do Sistema Único de Assistência Social – Suas. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação deste, e do PL 1229/2015, apensado, com substitutivo. Em 23/11/16.
53	PL-1135/2015	CHICO D'ANGELO – Dispõe sobre cessação ou interrupção da fabricação de medicamentos de uso contínuo ou continuado e dá outras providências. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Odorico Monteiro (PROS-CE), pela aprovação. Em 23/11/16.
54	PL-2318/2015	DIEGO GARCIA - Dispõe sobre o dever de fornecimento gratuito de pulseiras de identificação infantil em eventos públicos realizados em locais abertos. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (PMDB-TO), pela aprovação deste, e do PL 5506/2016, apensado, com substitutivo. Em 23/11/16.

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
55	PL-2421/2015	DR. JORGE SILVA - Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação, com emenda. Em 23/11/16.
56	PL-3452/2015	DULCE MIRANDA – Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação. Em 23/11/16.
57	PL-3870/2015	MARCOS REATEGUI – Institui o Julho Amarelo, a ser realizado a cada ano, em todo o território nacional, no mês de julho, quando serão efetivadas ações relacionadas à luta contra as hepatites virais. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE), pela aprovação. Em 23/11/16.
58	PL-508/2011	SENADO FEDERAL – AUGUSTO BOTELHO – Acrescenta incisos ao art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Raquel Muniz (PSD-MG), pela aprovação. Em 30/11/16.
59	PL-5460/2016	SENADO FEDERAL – ACIR GURGACZ – Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Mariana Carvalho (PSDB-RO), pela aprovação. Em 30/11/16.
60	PL-1118/2011	EDUARDO BARBOSA – Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a quarenta e cinco anos. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação, com substitutivo. Em 07/12/16.
61	PL-6754/2013	RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Institui política nacional de prevenção do diabetes e de assistência integral à saúde da pessoa portadora de Diabetes. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação deste, do PL 6769/2013, do PL 4120/2015, e do PL 4231/2015, apensados, com substitutivo. Em 07/12/16.
62	PL-6867/2013	ARNALDO JARDIM – Institui e estabelece diretrizes para a Política Nacional de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos – PEFSA, fundamentada em uma sociedade fraterna, justa e solidária. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Danilo Forte (PSB-CE), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL Nº 8.263/2014, apensado. Em 07/12/16.
63	PL-1368/2015	ROGÉRIO ROSSO – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a prioridade, para aos alunos da rede pública de ensino, na assistência à saúde. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), pela aprovação. Em 07/12/16.

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 03/03/16 a 22/11/16

Nº	Projeto	Ementa
64	PL-1817/2015	LUCIANO DUCCI – Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Flavinho (PSB-SP), pela aprovação, com substitutivo. Em 07/12/16.
65	PL-3070/2015	GIVALDO VIEIRA – Altera as Leis n.os 12.305, de 2 de agosto de 2010 e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a fim de estabelecer regras específicas para erradicar o desperdício de alimentos. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Chico D’Angelo (PT-RJ), pela aprovação deste e do Substitutivo da CMADS, com Substitutivo. Em 07/12/16.
66	PDC-301/2015	COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL – Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, celebrado em Nova York, em 19 de dezembro de 2011. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), pela aprovação. Em 07/12/16.
67	PL-4291/2016	CARLOS HENRIQUE GAGUIM – Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para assegurar prioridade de atendimento pelo Pronatec aos estudantes integrantes de famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Shéridan (PSDB-RR), pela aprovação. Em 07/12/16.
68	PL-4517/2016	GIVALDO VIEIRA – Institui o “Dia Nacional de Conscientização pelo Não Desperdício de Alimentos” Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Chico D’Angelo (PT-RJ), pela aprovação. Em 07/12/16.
69	PL-5230/2016	FLÁVIA MORAIS – Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que “Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências”, para incluir em suas disposições as fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e as fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação. Em 07/12/16.
70	PL-2781/2015	VINICIUS CARVALHO – Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Silas Câmara (PRB-AM), pela aprovação, com substitutivo. Em 14/12/16.
71	PL-4524/2008	JEFFERSON CAMPOS – Estabelece limites de intensidade sonora para tocadores pessoais de música em formato digital. Rejeitada em 09/08/16.
72	PL-2240/2011	JÔ MORAES – Institui o Programa Nacional de Atenção à Saúde de Pessoas com Epilepsia. Rejeitada em 30/08/16.
73	PL-5534/2009	JOSÉ MENTOR – Veda a transmissão de lutas marciais pelas emissoras de televisão na forma que especifica e dá outras providências. Rejeitada em 13/09/16.

VI - SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Os membros do Colegiado apresentaram 11 (onze) requerimentos de criação de Subcomissões Permanentes e Especiais para o trato de diversos assuntos relativos ao campo temático da Comissão de Seguridade Social e Família. Com o fim de adequar as solicitações ao limite de 3 (três) Subcomissões Permanentes e 3 (três) Subcomissões Especiais – estabelecido pelo artigo 29 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados –, deliberou-se pela manutenção da Subcomissão Permanente de Saúde, da Subcomissão Permanente de Assistência Social e da Subcomissão Permanente de Previdência Social, além da criação da Subcomissão Especial dos Fármacos Experimentais para o Tratamento de Doenças Graves ou Raras, da Subcomissão Especial destinada a Avaliar o Sistema de Adoção

Brasileiro e da Subcomissão Especial Destinada a Tratar da Situação Atual das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva).

Importante enfatizar que o agravamento no quadro político impôs aos Deputados Federais uma exaustiva agenda parlamentar concentrada nas atividades do Plenário da Casa. Além disso, as eleições municipais e a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no País encurtaram sobremaneira o tempo disponível para o trabalho nas Comissões Permanentes. Por isso, apenas a Subcomissão Especial dos Fármacos Experimentais conseguiu concluir as ações pretendidas, principalmente em função da continuidade das atividades iniciadas no ano de 2015 pelo Grupo de Trabalho da Fosfoetanolamina Sintética.

6.1 – Permanentes

6.1.1. – Subcomissão Permanente de Saúde

Composição			
Presidente: Deputado Hiran Gonçalves (PP/RR)			
Vice-Presidente:			
Relatora:			
TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Hiran Gonçalves – PP/RR	274	Toninho Pinheiro – PP/MG	584
Antônio Brito – PSD/BA	479	Assis Carvalho – PT/PI	909
Alexandre Serfiotes – PMDB/RJ	554		
Laura Carneiro – PMDB/RJ	437		
Luciano Ducci – PSB/PR	427		
Erika Kokay – PT/DF	203		
Adail Carneiro – PP/CE	335		
Afonso Hamm – PP/RS	604		
Odorico Monteiro – PROS/CE	582		

6.1.2. – Subcomissão Permanente de Assistência Social

Composição			
Presidente: Deputado Eduardo Barbosa – PSDB/MG			
Vice-Presidente:			
Relatora:			
TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Eduardo Barbosa – PSDB/MG	540		
Benedita da Silva – PT/RJ	330		
Valtenir Pereira – PMDB/MT	913		
Laura Carneiro – PMDB/RJ	437		
Miguel Lombardi – PR/SP	835		
Adail Carneiro – PP/CE	335		

6.1.3. – Subcomissão Permanente de Previdência Social

NÃO HOUVE COMPOSIÇÃO

6.2 – Especiais

6.2.1. Subcomissão Especial Destinada a Avaliar o Sistema de Adoção Brasileiro

Composição			
Presidente: Deputado Mandetta – DEM/MS			
Vice-Presidente:			
Relatora:			
TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Mandetta – DEM/MS	274	Jean Wyllys – PSOL/RJ	646
Laura Carneiro – PMDB/RJ	437	Carmen Zanotto – PPS/SC	240
Shéridan – PSDB/RR	246	Carlos Gomes – PRB/RS	285
Flavinho – PSB/SP	379	Geovânia de Sá	606
Eduardo Barbosa – PSDB/MG	540		
Mariana Carvalho – PSDB/RO	508		
Dulce Miranda – PMDB/TO	530		
Roney Nemer – PP/DF	572		
Diego Garcia – PHS/PR	745		

6.2.2. Subcomissão Especial Destinada a Tratar da Situação Atual das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva)

Composição			
Presidente: Deputado Silas Freire – PR/PI			
Vice-Presidente:			
Relatora:			
TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Silas Freire – PR/PI	484	Miguel Lombardi – PR/SP	646
Luciano Ducci – PSB/PR	427	Laura Carneiro – PMDB/RJ	437
Mariana Carvalho – PSDB/RO	508		
Adail Carvalho – PP/CE	335		
Cajar Nardes – PR/RS	625		
Carlos Gomes – PRB/RS	285		

6.3.3. Subcomissão Especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras.

A Subcomissão Especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras foi criada por Ato da Presidente da Comissão, Dep. Conceição Sampaio (PP/AM), no dia 18 de maio de 2016 e instalada na Reunião Deliberativa Ordinária do dia 25 de maio de 2016, com a eleição do Dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP) como Presidente, da Dep. Carmen Zanotto (PPS/SC) como Vice-Presidente, e a escolha da Dep. Leandre (PV/PR) como Relatora.

Composição			
Presidente: Arlindo Chinaglia (PT/SP)			
Vice-Presidente: Carmen Zanotto (PPS/SC)			
Relatora: Leandre (PV/PR)			
TITULARES	Gab.	SUPLENTES	Gab.
Arlindo Chinaglia – PT/SP	04	Dep. Darcísio Perondi – PMDB/RS	518
Carmen Zanotto – PPS/SC	240		
Leandre – PV/PR	454		
Lobbe Neto - PSDB/SP	275		
Alexandre Serfiotis - PMDB/RJ	554		
Dulce Miranda - PMDB/TO	530		
Miguel Lombardi - PR/SP	835		
Adelmo Carneiro Leão - PT/MG	231		
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	540		

A criação da Subcomissão contemplou o Requerimento N° 283/2016, de autoria da Dep. Carmen Zanotto (PPS/SC) e o Requerimento 296/2016, da Dep. Leandre (PV/PR). O primeiro propunha a criação de subcomissão para continuidade das atividades do Grupo de Trabalho da Fosfoetanolamina Sintética para o acompanhamento das ações relacionadas à substância e ao processo de sua judicialização, ao passo que o segundo requerimento buscava ampliar as discussões sobre o acesso aos medicamentos e terapias experimentais.

PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho aprovado pelos membros objetivou ampliar os debates de temas relacionados, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento e acesso aos medicamentos necessários para garantir o atendimento terapêutico integral, mas com um enfoque especial para os casos de doenças

graves ou raras. Além disso, o acompanhamento dos desdobramentos relacionados à fosfoetanolamina sintética, como o seguimento dos estudos patrocinados pelo Poder Público, seus resultados e conclusões, a judicialização do tema e ações possíveis também constituíram objetivos da Subcomissão.

Para o alcance dos objetivos propostos, foram estipuladas 10 (dez) ações:

1) Acompanhar todos os desdobramentos e providências relacionadas à fosfoetanolamina sintética, em especial os estudos financiados pelo Estado e o posicionamento do STF acerca da Lei nº 13.269, de 13 de abril de 2016.

2) Estudar a jurisprudência do STF acerca da garantia de acesso a medicamentos ainda não registrados no Brasil.

3) Obter junto à Anvisa lista dos medicamentos autorizados que não enfrentaram os testes clínicos, bem como dos medica-



Reunião da Subcomissão Especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras.

mentos autorizados e proibidos posteriormente.

4) Reunir pesquisadores para discutir dificuldades e obstáculos enfrentados, os objetivos perseguidos e os resultados obtidos nas pesquisas científicas relacionadas aos medicamentos inovadores e novas vacinas.

5) Detectar as externalidades que influem, ou que advêm do sistema de produção e comercialização dos medicamentos, não controladas de forma satisfatória pelo próprio mercado.

6) Explorar os temas que envolvem o desenvolvimento e o uso de fármacos em fase experimental no enfrentamento às patologias graves ou raras.

7) Estudar os aspectos relacionados à pesquisa científica e à descoberta de drogas inovadoras, além do desenvolvimento de novos produtos medicamentosos, os obstáculos existentes e as possíveis soluções, entre outros fatores.

8) Avaliar e propor soluções, ações, políticas e programas que possam superar os óbices detectados ao desenvolvimento de novas terapias e fármacos, à inovação científica, melhoria de acesso aos medicamentos e adequada assistência farmacêutica para doenças graves e raras, tendo em vista as competências, atribuições e responsabilidades do Poder Público, cominadas pela Constituição, pelas leis e legislação infraconstitucional.

9) Oferecer à CSSF um conjunto atualizado de informações sobre medicamentos para subsidiar a atuação da Comissão e da Câmara dos Deputados.

EVENTOS

14/06/2016 – REUNIÃO RESERVADA

COM O COORDENADOR-GERAL DE BIOTECNOLOGIA E SAÚDE DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTCI)

No encontro com os membros da Subcomissão, o Dr. Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira disponibilizou, antecipadamente, os relatórios de pesquisas realizadas pelos laboratórios do MCTCI que demonstravam a baixa toxicidade da fosfoetanolamina sintética e fez um relato do Seminário do Instituto do Câncer (INCA), realizado em resposta à audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Direitos Humanos, todas do Senado Federal.

Diante da exposição do Dr. Luiz Henrique, os membros da Subcomissão firmaram os seguintes encaminhamentos:

- Solicitação de presença dos membros da Subcomissão em Seminário do MCTCI previsto para setembro/2016;
- Solicitação formal ao MCTCI de participação, como ouvinte, de 1 (um) membro nas reuniões do Grupo de Trabalho da Fosfoetanolamina do MCTCI;
- Realização, em agosto/2016, de uma reunião fechada com a participação dos pesquisadores envolvidos com a fosfoetanolamina.

02/08/2016 – REUNIÃO RESERVADA

Na reunião, os membros deliberaram pela apresentação de requerimento ao pleno da Comissão de Seguridade Social para prorrogação do prazo de vigência da Subcomissão, além de ressaltarem a necessidade de acesso aos casos em que houve comprovada melhora da saúde das pessoas que utilizam a fosfoetanolamina, para subsidiar ale-

gações a serem expostas ao Supremo Tribunal Federal contra a liminar que suspendeu a eficácia da Lei que autorizou o uso compassivo da substância.

O encontro concluiu com os seguintes encaminhamentos:

- Convidar pesquisadores do MCTCI para reunião com a Subcomissão, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2016;
- Oficiar os pesquisadores da USP a fim de que sejam levantadas suas reais perspectivas e intenções;
- Deputados da Subcomissão trarão relatórios médicos formais que comprovem a melhora de seus pacientes. Para tanto, será produzido um questionário que padronize as informações a serem expostas no Relató-

rio, dentre as quais:

- Informações a respeito da patologia;
 - Tempo de tratamento;
 - Regime de tratamento (incluindo as associações medicamentosas, caso haja);
 - Resultados objetivos (incluindo exames e relatórios que os comprovem).
- A ida a São Paulo será deliberada na próxima reunião da SUBFARMA; e
- Diante das informações coletadas, será produzida a defesa contra a liminar do STF.

21/10/2016 – VISITA TÉCNICA AO INSTITUTO DO CÂNCER DE SÃO PAULO (ICESP)

A visita ao Instituto do Câncer do Estado



Visita técnica ao Instituto do Câncer de São Paulo (ICESP) permitiu aos Deputados membros da Subcomissão Especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras a obtenção de informações in loco sobre o andamento das pesquisas que aquele Instituto está desenvolvendo com a fosfoetanolamina sintética.



Na parte da tarde do dia 31/10/2016, as Deputadas Carmen Zanotto (PPS/SC) e Leandre (PV/PR) foram recebidas pelo Prof. Dr. João B. Calixto, coordenador das pesquisas sobre a fosfoetanolamina sintética em andamento no Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em Florianópolis/SC.

de São Paulo – ICESP foi aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família, com o objetivo de permitir aos Deputados membros da Subcomissão Especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras a obtenção de informações in loco sobre o andamento das pesquisas que aquele Instituto está desenvolvendo com a fosfoetanolamina sintética.

Na ocasião, foram repassadas diversas informações aos parlamentares sobre os resultados obtidos no estudo de Fase I com a fosfoetanolamina sintética, que envolveu o uso da substância desenvolvida pelo Laboratório PDT-Pharma, de Cravinhos/SP, em 10 pacientes com neoplasia. Os estudos clínicos de Fase II, conforme informado pelo Diretor Geral, terá início em poucos dias e envolverá grupos de 20 pacientes para cada tipo de câncer diagnosticado, num total de 20 diferentes tipos neoplásicos, totalizando 400 pacientes monitorados e analisados.

Após o repasse das informações, o Prof. Dr. Paulo Hoff levou os parlamentares para

uma visita às principais instalações do Instituto, para melhor conhecimento sobre a capacidade técnica na realização de estudos que envolvam substâncias químicas e fármacos direcionados ao tratamento do câncer.

31/10/2016 – ENCONTRO COM ADVOGADOS NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DE SANTA CATARINA

A Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC), Vice-Presidente da Subcomissão, e a Deputada Leandre (PV/PR), Relatora, estiveram com o Dr. Maurício Batalha Machado, Presidente da Comissão de Saúde da OAB/SC, e com a Dra. Flora Paulesky Julian Galvão, membro da Comissão de Saúde da OAB/SC e representante de mais de 2.000 (dois mil) pacientes com câncer em ações judiciais que pleiteiam o fornecimento da fosfoetanolamina sintética.

Na ocasião, foram abordados vários aspectos relacionados ao cumprimento de decisões judiciais (como a busca e apreensão

da substância no laboratório PDT-Pharma, em Cravinhos/SP) e ao andamento de novas ações nos Tribunais brasileiros.

31/10/2016 – VISITA TÉCNICA AO CENTRO DE INOVAÇÃO E ENSAIOS PRÉ-CLÍNICOS (CIEnP)

Na parte da tarde do dia 31/10/2016, as Deputadas Carmen Zanotto (PPS/SC) e Leandre (PV/PR) foram recebidas pelo Prof. Dr. João B. Calixto, coordenador das pesquisas sobre a fosfoetanolamina sintética em andamento no Centro de Inovação e Ensaio Pré-Clinicos (CIEnP), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em Florianópolis/SC.

Em audiência com a presença de pesquisadores, doutorandos, representantes acadêmicos e assessores parlamentares, tratou-se da conclusão sobre o trabalho até então levado a efeito referente à pesquisa pré-clínica, do escopo dos ensaios, dos materiais e métodos utilizados e dos obstáculos enfrentados para a continuidade do processo.

Além do debate com os pesquisadores, as parlamentares realizaram uma visita às instalações do Centro, cujas instalações e equipamentos estão sendo financiados parcialmente pela União, o que permitiu seu posicionamento como um dos principais e mais modernos centros de pesquisa que realizam ensaios pré-clínicos com fármacos.

08/11/2016 – AUDIÊNCIA PÚBLICA

O último evento realizado pela Subcomissão antes da apresentação do Relatório Final contou com a presença de renoma-

dos pesquisadores relacionados ao uso de fármacos experimentais que discorreram sobre os seguintes temas:

- Prof. Dr. Salmo Raskin, Médico Geneticista e Professor do Curso de Medicina da PUCPR – Uso de fármacos em fase experimental no enfrentamento às patologias graves ou raras;
- Prof. Dr. Jorge Elias Kalill Filho, Professor Titular de Imunologia Clínica e Alergia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) - Cenário nacional para produção de medicamentos inovadores;
- Prof. Dr. Fernando de Queiroz Cunha, Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP) e Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Estratégias para desenvolvimento de fármacos e biofármacos;
- Prof. Dr. José Fernando Perez, Membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências do Mundo em Desenvolvimento, e Diretor Presidente da Recepta Biopharma - Inovação em Oncologia: Desafios e Oportunidades, Imunoterapia do Câncer.

29/11/2016 – REUNIÃO ORDINÁRIA – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade na última reunião deliberativa ordinária da Subcomissão. Nele, a Relatora, Dep. Leandre (PV/PR), destaca a necessidade do aprofundamento das discussões sobre o acesso aos medicamentos com a instalação de uma nova Subcomissão, na próxima sessão legislativa.



Em audiência com a presença de pesquisadores, doutorandos, representantes acadêmicos e assessores parlamentares, tratou-se da conclusão sobre o trabalho até então levado a efeito referente à pesquisa pré-clínica, do escopo dos ensaios, dos materiais e métodos utilizados e dos obstáculos enfrentados para a continuidade do processo.



VII. EMENDAS DA CSSF À LDO E A LOA

7.1. Emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016

• Emendas de Inclusão de Metas

1 – Emenda: INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS

Programa: 2061 Previdência Social

Ação: 116V Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS

Acréscimo de meta: 20 (unidades Instaladas)

Justificativa:

Esta emenda visa aumentar, ampliar a rede de agências do INSS no Território Nacional.

2 – Emenda: PRIMEIRA INFÂNCIA CAPACITAÇÃO: PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Programa: 2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Ação: 20YM Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade

Acréscimo de meta: 100.000 (população beneficiada)

Justificativa: A presente emenda tem por incumbência garantir recursos oriundos do Orçamento Geral da União para Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade, no intuito de que o olhar do profissional de saúde volte-se para a Primeira Infância. O investimento em políticas voltadas à primeira infância tem, conforme recentes estudos das ciências neurológicas, sua principal justificativa. Estes estudos apontam o período que vai da concepção até os seis anos de idade como a etapa determinante para o

desenvolvimento integral das potencialidades humanas, quando a qualidade dos estímulos recebidos do meio amoroso é decisiva para a construção das conexões cerebrais. Por isso, a necessidade também de os profissionais que trabalham com a saúde estejam capacitados para esse segmento da população, em especial neste momento, em que o País vive uma epidemia da síndrome do zika vírus. Pelo exposto, e dada à relevância da temática, optamos por apresentar emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias no intuito a auxiliar a melhoria dos trabalhos desenvolvidos com crianças em uma das fases mais importantes da vida humana.

3 – Emenda: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: Programa: 2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Ação: 2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Acréscimo de meta: 1.353 (entes federados apoiados)

Justificativa: O serviço de acolhimento em família acolhedora, uma oferta da Proteção Social de Alta Complexidade, é aquele que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem, e será uma prioridade para a Secretaria Nacional de Assistência Social no exercício de 2017



Subcomissão Permanente de Assistência Social discute as Emendas ao Orçamento 2017 para a área de assistência social (Foto: Luís Macedo/Câmara dos Deputados)

7.2. Emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual – LOA 2016

1. Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial – Nacional

Ação: 2B31

Unidade Orçamentária: FNAS

Funcional: 08.244.2037.2B31

Valor: 300 milhões

Justificativa: A presente emenda visa incrementar o cofinanciamento federal da Política Nacional de Assistência Social, via Fundo a Fundo, adicionando recursos à rede pública para aumento da oferta de serviços de proteção social especial de média e alta complexidade.

2. Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil - Região Norte

Ação: 4324

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde/FNS

Comissão de Seguridade Social e Família - Relatório 2016

Funcional: 10.302.2015.4324.0010 – Valor: 125 milhões

Justificativa:

A presente proposta de Emenda Parlamentar tem o objetivo de custear a realização das Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP) e as Ações Cívico-Sociais (ACISO) na Região Amazônica e na Região do Pantanal. A assistência médica, odontológica e hospitalar às populações ribeirinhas da Amazônia é uma proposta de trabalho conjunta entre a Marinha do Brasil e o Ministério da Saúde em prol da assistência básica de saúde às populações que vivem às margens dos rios da Amazônia brasileira, prestada pelos Navios de Assistência Hospitalar (NASH) da Marinha do Brasil, na área de jurisdição do 9º Distrito Naval, potencializando suas ações de promoção da saúde, que inclui atividades de prevenção e de recuperação da saúde. Esta Assistência Hospitalar é prestada, principalmente, na Região Amazônica, eixo estratégico Amazonas-Solimões, além de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, área de Operações

dos cinco (05) Navios de Assistência Hospitalar (NAsH). As viagens que os NAsH da Marinha do Brasil realizam visando ao atendimento à população carente são chamadas de Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP). As ASSHOP são realizadas nas localidades ribeirinhas mais carentes de atendimento de Saúde dos Pólos visitados. Essa carência é resultante da distância dos centros urbanos da região; da inexistência de serviços de saúde, públicos ou privados; da falta de cultura de higiene nas populações; da falta de atividades econômicas estáveis e lucrativas; e da falta de infraestrutura de saneamento básico - água potável e esgoto tratado. Percorrendo toda a Amazônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os navios que realizam as ASSHOP/ACISO navegam até as localidades mais carentes dos Pólos de Saúde, sendo que atualmente, são atendidas diversas localidades existentes nas calhas dos rios Javari, Japurá, Juruá, Solimões, Içá, Pará, Purus, Negro, Branco, Xingu, Madeira, Tocantins, Jarí, Marajó e Trombetas. Além dos NAsH, nas ASSHOP/ACISO, são utilizados helicópteros para casos de emergência e para permitir o atendimento aos locais que não possuem acesso pelas hidrovias. Esses são, também, empregados para a realização de evacuações aeromédicas e no transporte de equipes médicas. Assim sendo, as ASSHOP contribuem para a preservação da soberania nacional, levando apoio a brasileiros que se acostumaram, ao longo de gerações, a ver nos navios da Marinha do Brasil, senão o único, sinal da presença do Estado na região, sendo que essa empreitada contribui para a manutenção do senso de identidade e de integração ao Brasil daquelas populações. As atividades desenvolvidas, desde 1984, pelos "Navios da Esperança", como os NAsH são, carinhosamente, chamados pelos ribeirinhos amazônicos, apresentam números bastante expressivos no atendimento à população. Além dos atendimentos médicos e

odontológicos, são realizadas vacinações, exames laboratoriais, dermatológicos e oftalmológicos, além de exames especializados como mamografia e raio-x. São ainda, realizadas ações voltadas à prevenção, por intermédio de palestras sobre higiene pessoal básica, transmissão de DST e medidas profiláticas, manuseio de alimentos, tratamento da água, além da distribuição de remédios, que se ampliam a cada ano. Durante a realização das ASSHOP/ACISO, a Marinha do Brasil participa de programas governamentais de assistência como o "Amazônia Solidária", que forneceu cestas básicas às famílias de seringueiros, o "Amazônia Visão 2000", que realizou atendimentos clínicos e cirúrgicos à população ribeirinha, na especialidade oftalmológica, o "Universidade Solidária", que apoiou o transporte e alimentação de universitários nesse projeto, e das campanhas de vacinação e saúde preventiva. Para milhares de brasileiros que vivem isolados em locais distantes, a visão dos "Navios da Esperança" representa, na maioria das vezes, a oportunidade única de receber um tratamento médico, dentário, cirúrgico e de enfermagem, serviços prestados por médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros, todos do Quadro de Pessoal da Marinha do Brasil, constituindo importante vetor de integração nacional. Visando manter e aprimorar este atendimento, serão realizados, por intermédio desta Proposta de Emenda Parlamentar, a renovação, a modernização e a manutenção de equipamentos de saúde e dos meios, bem como da infraestrutura de terra, a fim de manter a permanente operação dos Navios de Assistência Hospitalar e o atendimento das populações carentes. Atualmente, a Marinha do Brasil realiza ACISO na região do Pantanal, atuando nas margens dos Rios Paraguai, compreendendo aproximadamente 1.800 km de vias fluviais e oferecendo ACISO a mais de 100 localidades ribeirinhas na área do Pantanal nas mais variadas vertentes.



A CSSF apresentou emenda ao Orçamento no valor de R\$ 125 milhões para custear a Assistência Hospitalar pela Marinha do Brasil à População Ribeirinha (ASSHOP) e as Ações Cívico-Sociais (ACISO) na Região Amazônica e na Região do Pantanal (Foto: Alexandre Fontoura/CSSF)

3. Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico – Nacional

Ação: 4368

Unidade Orçamentário: Fundo Nacional de Saúde – FNS

Funcional: 10.303.2015.4368.0001- Valor: 500 milhões

Justificativa:

A política nacional de atenção integral às pessoas com doenças raras e as diretrizes para a atenção integral a esse público com doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde publicadas via portaria 199/2014 são um passo importante em direção a um sistema de saúde cada vez mais igualitário e para todos os brasileiros.

4. Atenção à Saúde da População para Proce-

dimentos em Média e Alta Complexidade – Nacional

Ação: 8585 – Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde – FNS – Funcional: 10.302.2015.8585.0001 – Valor: Um bilhão

Justificativa:

Esta emenda visa um aporte de recursos para a manutenção de unidades de saúde de Média e Alta Complexidade - MAC, dada a escassez de recursos para a melhoria nos serviços oferecidos à população que mais necessita do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase para as pessoas com doenças raras. Ademais, os procedimentos de média e alta complexidade estão comprometidos sem revisão da tabela por muitos anos. Destacamos a fila de espera para procedimentos hospitalares e ambulatoriais que estão produzindo acima do teto. Portanto, é imperioso que essa emenda seja aprovada.

VIII. NÚMEROS DA COMISSÃO

8.1. PROPOSIÇÕES

QUADRO QUANTITATIVO DE PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM 2016			
Data	Aprovados (Inclui apensos)	Rejeitados (inclui apensos)	TOTAL
11/mai	1		1
18/mai	4	1	5
01/jun	14	1	15
08/jun	5		5
15/jun	6		6
21/jun	3		3
28/jun	3		3
09/ago	6	1	7
23/ago	5		5
30/ago	2	1	3
13/set	7	1	8
05/out	2		2
19/out	8		8
09/nov	6		6
23/nov	10		10
30/nov	2		2
07/dez	13	1	14
14/dez	1		1
SOMA	96	6	102

REQUERIMENTOS		
Aprovados	Rejeitados	Total
157	1	158

8.2. PROPOSIÇÕES DESIGNADAS

Proposições	Quantidade
Proposições Designadas	201

8.3. REUNIÕES REALIZADAS

QUADRO QUANTITATIVO DE EVENTOS REALIZADOS				
Data	Audiências Públicas	Seminário/Simpósio Fórum/ outros	TEMA	Reuniões deliberativas
03/mai			Eleição Presidente e 1º Vice	1
04/mai			Eleição do 2º e 3º Vice-Presidentes	1
11/mai				1
18/mai			Apresentação Ministro da Saúde	1
31/mai	1		Terceirização	
01/jun				1
08/jun				1
09/jun	1		Equipes de Atenção Básicas	
14/jun	1		Hemofilia	
15/jun				1
15/jun	1		Zika Vírus	
16/jun	1		Planos de saúde auto-gestão	
21/jun				1
21/jun	1		Entidades filantrópicas	
28/jun				1
28/jun	1		Câncer de colo do útero	
28/jun	1		Revalida - Mais médicos	
06/jul				1
06/jul		1	Sem. Marco legal 1ª infância	
12/jul	1		Imunizações	
13/jul	1		Min. Saúde	
14/jul	1		Política Nacional do Cuidador	
09/ago				1
10/ago		1	Sem. Defesa da Vida e da Família	
22/ago	1		Sistema "S"	
23/ago			Anfip	1
23/ago	1		Anvisa	
30/ago				1
13/set				1
13/set		1	Sem. Contrato organizativo - Saúde	
13/set	1		Lei brasileira de inclusão	
04/out	1		PL 5462/16	
05/out				1
06/out	1		Dia da Pessoa com doença celíaca	
06/out	1		Terceira Idade	
18/out				1
18/out	1		Plano de saúde acessível	
19/out				1
20/out	1		Regulação setor farmacêutico	
20/out	1		Doenças raras	
25/out				1
25/out	1		Aedes Aegypti	
25/out	1		Doação medula óssea	
08/nov	1		Fármacos experimentais	
08/nov	1		Alimentos para lactentes	
09/nov				1
09/nov	1		Doenças musculoesqueléticas	
10/nov	1		Prevenção AVC	
10/nov	1		SUAS	
17/nov				1
17/nov	1		Doença de Parkinson	
22/nov		1	IX Fórum Políticas e Saúde do Homem	
22/nov	1		Dia do Endocrinologista	
23/nov				1
24/nov	1		Horário de Verão	
28/nov	1		Hospitais Filantrópicos	
30/nov				1
06/dez	1		Abortos - Zika vírus	
06/dez	1		Tuberculose	
07/dez				1
08/dez	1		Suicídio e estratégias de prevenção	
08/dez	1		Agentes Comunitários de Saúde	
12/dez	1		Risco cardiovascular – foco: “O colesterol”.	
13/dez	1		Medicamentos em farmácias brasileiras	
14/dez				1
15/dez	1		Situação das UTIs	
Total	37	4		23

9. ANEXOS

9.1 - Acordo de Procedimentos

PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA OS TRABALHOS NA COMISSÃO (2016)

I - REUNIÕES DA COMISSÃO REUNIÕES ORDINÁRIAS

Dias e Horários:

As reuniões terão duração de 3 (três) horas, prorrogáveis pelo tempo deliberado pelo colegiado e serão realizadas às quartas-feiras às 09h30 e, às quintas-feiras às 09h30, a critério do Presidente, prioritariamente para deliberar proposições em que haja consenso.

Distribuição da Pauta:

A distribuição da pauta e da convocação para a reunião será feita, inclusive por meio eletrônico, para as Lideranças e para cada membro da Comissão todas as sextas-feiras anteriores às reuniões.

Inclusão de Requerimentos na Pauta:

A Comissão receberá pedidos de inclusão de requerimento (como complementação de pauta) até às 17 h da terça-feira anterior à reunião.

Procedimentos:

Presença de Relator: Só serão apreciadas as matérias cujo Relator estiver presente na reunião. No entanto, caso não haja deliberação por ausência do relator, em duas reuniões, poderá ser indicado outro membro da Comissão para fazer a leitura.

Requerimentos sobre a mesa: Os requerimentos "sobre a mesa" (inclusão extra pauta, retirada, preferência, adiamento de discussão/votação) somente serão deliberados com a presença do respectivo autor.

Requerimentos de Preferência e Retirada: Os requerimentos de preferência e retirada somente serão recebidos até o início da Ordem do Dia da Comissão, limitados a 02 (dois) requerimentos por Deputado(a) ou a 02 (dois) requerimentos no caso de Líderes, e serão deliberados em bloco, ressalvados os destaques.

Voto em Separado: Na primeira vez em que a Comissão analisar matéria que contenha voto em separado (VTS), será exigida a presença do autor do respectivo voto. A partir da segunda vez em que a proposição entrar em pauta, não será necessária a presença do autor do VTS para a apreciação do projeto.

Retirada de Projetos: A retirada de pauta de projeto, por requerimento sobre a mesa, poderá ser solicitada no máximo por três vezes.

Uso da Palavra: O tempo destinado ao uso da palavra durante a discussão das matérias será limitado a 3 (três) minutos;

Subscrição de Requerimentos: O Parlamentar que desejar apoiar requerimentos, deverá fazê-lo por escrito em formulário fornecido pela Secretaria da Comissão durante a reunião. Poderá também fazer a subscrição por meio do microfone.

Votação de Requerimentos: Os requerimentos para Audiências Públicas e eventos afins serão votados em bloco, ressalvando-se os destaques.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Dias e Horários:



De acordo com o Acordo de Procedimentos, as Audiências Públicas serão realizadas sempre às terças-feiras às 14h30, e às quintas-feiras às 9h30.

As Audiências Públicas serão realizadas às terças-feiras às 14h30, e às quintas-feiras às 9h30.

Presença de Autores:

Os autores ou coautores dos requerimentos devem estar presentes às suas Audiências Públicas, acompanhando-as até o final.

Número de convidados:

Como regra geral, os requerimentos para as Audiências Públicas devem conter no máximo 4 (quatro) palestrantes, assegurando o contraditório, procurando sempre contar com a presença de, pelo menos, uma mulher entre os convidados. A limitação do número de palestrantes visa atender solicitação da Administração da Casa.

Uso da Palavra:

Os Deputados inscritos para interpelar o

expositor deverão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 (três) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Temas:

Os requerimentos para Audiências Públicas devem conter temas de abrangência e relevância nacional, com o intuito de estimular o debate e subsidiar os trabalhos da Comissão.

Temas correlatos serão agrupados e os requerentes deverão entrar em acordo quanto aos convidados.

AUDIÊNCIA COM MINISTRO

Temas:

No caso do comparecimento à Comissão, o Ministro de Estado usará da palavra para expor assuntos da sua Pasta, de interesse da Casa e do País ou para falar de proposição legislativa em trâmite relacionada com o ministério sob sua direção.

Uso da Palavra:

Ser-lhe-á concedida a palavra durante quarenta minutos, podendo o prazo ser prorrogado por mais vinte minutos, por deliberação do Plenário, só sendo permitidos apartes durante a prorrogação.

Findo o discurso, o Presidente concederá a palavra aos Deputados, ou aos membros da Comissão, respeitada a ordem de inscrição, para, no prazo de três minutos, cada um, formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo o Ministro do mesmo tempo para a resposta.

Serão permitidas a réplica e tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

II - SUBCOMISSÕES

Observando o disposto no art. 29, § 1º, do Regimento Interno, serão constituídas 3 (três) Subcomissões Permanentes e 3 (três) Subcomissões Especiais para funcionamento simultâneo.

As Subcomissões não têm poder decisório (art. 29).

Os requerimentos apresentados na Subcomissão que acarretem despesa precisam ser aprovados no âmbito da Comissão.

SUBCOMISSÕES PERMANENTES

De acordo com o inciso I, do art. 29, do Regimento Interno, a Comissão reservará

parte das matérias do seu campo temático às Subcomissões Permanentes.

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS

De acordo com o inciso II, do art. 29, do Regimento Interno, estas Subcomissões poderão ser criadas para o desempenho de atividades específicas ou o trato de assuntos definidos no respectivo ato de criação.

Duração:

As Subcomissões Especiais terão a duração de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 90 (noventa).

III – GRUPOS DE TRABALHO

A criação de Grupos de Trabalho no âmbito de comissões permanentes desta Casa não tem regulamentação nem disposição específica no Regimento Interno.

De tal forma, sua criação e funcionamento se revestirão de normas específicas aqui previstas.

Somente poderão ser criados Grupos de Trabalho para estudar ou formular propostas com relação a assuntos de relevância nacional, ou de emergência nacional, estritamente dentro do campo temático da Comissão de Seguridade Social e Família.

Todo o apoio, serviços de secretaria, assessoria, divulgação, eventos e gastos advindos da criação de grupo de trabalho correrão por conta dos membros do Grupo, uma vez que não há previsão orçamentária específica para tal.

O requerimento de grupo de trabalho deverá indicar o nome com o qual funcionará bem como um coordenador, ou representante, que será responsável perante a Casa por todas as informações que prestar à Mesa.



Como regra geral, os requerimentos para as Audiências Públicas devem conter no máximo 4 (quatro) palestrantes, assegurando o contraditório, procurando sempre contar com a presença de, pelo menos, uma mulher entre os convidados.

Serão permitidos unicamente até 3 (três) grupos de trabalho funcionando concomitantemente às subcomissões (temporárias ou permanentes) em atividade.

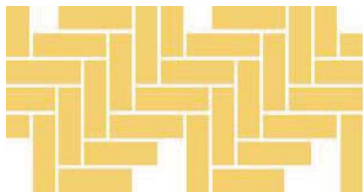
Os grupos de trabalho poderão requerer a utilização de espaço físico da Câmara dos Deputados para a realização de reunião, o que poderá ser deferido, desde que não interfira no andamento dos trabalhos da Comissão, não implique contratação de pessoal ou fornecimento de passagens aéreas bem como de quaisquer outras verbas.

Ressalte-se, ainda, e em auxílio ao que ora se dispõe, o Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005, que dispõe textualmente, em sua justificativa:

“A Mesa Diretora, em reunião de 13 de julho corrente, ao examinar o Processo nº 133.572/05, firmou entendimento no sentido de que fossem indeferidos requerimentos oriundos de Frentes Parlamentares e outros grupos congêneres, não constantes da estrutura da Câmara dos Deputados, que importem gastos ao erário, conforme parecer do Relator, Deputado Inocêncio de Oliveira.” (grifo nosso)

IIV – SOLICITAÇÕES

Os parlamentares e as lideranças que desejarem solicitar a relatoria e a inclusão em pauta de projetos deverão fazê-lo por escrito ou através do e-mail da Comissão (cssf@camara.leg.br).



Informativo nº 37

Comissão de Seguridade Social e Família

25 de maio de 2016

Comissão de Seguridade Social e Família aprova criação de seis subcomissões

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF) aprovou a instalação de seis subcomissões, 16 requerimentos e dois projetos de lei na reunião ordinária desta quarta-feira (18), a segunda reunião ordinária de 2016. De acordo com a presidente da Comissão, deputada federal Conceição Sampaio (PP-AM), o trabalho da CSSF não será prejudicado, mesmo enfrentando um ano atípico. “O fato de uma reforma na Lei Eleitoral ter criado uma ‘janela’ para mudança de partidos foi um dos fatores que contribuíram para o atraso na composição dos quadros das comissões técnicas da Câmara, uma vez que isso depende de indicações partidárias”, explicou Conceição.

“Acredito que conseguiremos dar a necessária celeridade nos trabalhos da Comissão. Prova disso é que, nesta segunda reunião, conseguimos instalar as subcomissões como previsto, deliberar e aprovar os requerimentos e ainda aprovar dois



Plenário da CSSF deliberou e aprovou requerimentos e Projetos de Lei.

projetos importantes, sendo um de origem no Senado e relatado pela deputada Laura Carneiro e outro da deputada Car-

men Zanotto, relatado pelo deputado Geraldo Resende”, completou a presidente da CSSF.

Projeto aprovado estende a pacientes renais crônicos os mesmos direitos de deficientes



Dep. Carmen Zanotto e Dep. Geraldo Resende

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (18), o Projeto de Lei 155/15, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), que reconhece o paciente renal crônico com os mesmos direitos legais das pessoas com deficiência, inclusive para fim de aposentadoria.

A proposta considera o paciente renal crônico aquele que apresenta paralisia total dos rins, com necessidade de hemodiálise e diálise peritoneal. Ressalva, no entanto, que o paciente que receber transplante renal deverá ser reavaliado para efeito da lei.

O projeto foi relatado pelo deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), que apresentou substitutivo que contempla ainda outros dois projetos apensados, o PL 456/15 e o PL 2435/15.

Dia da Síndrome de Down – Na mesma reunião foi também aprovado o PL nº 8.189/2014, oriundo do Senado Federal (de autoria do Senador Lindbergh Farias), relatado pela deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), com parecer pela aprovação. O PL trata da instituição do Dia da Síndrome de Down” e foi aprovado por unanimidade.

Dezesseis Requerimentos são aprovados

Do total de 16 requerimentos deliberados, 11 solicitavam a criação de subcomissões permanentes ou especiais e os demais solicitavam a realização de audiências públicas na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). A presidente da CSSF, deputada Conceição Sampaio, explicou que, em acordo com os autores dos requerimentos em reunião realizada no dia 17, alguns dos temas propostos para serem discutidos nessas subcomissões foram aglutinados em uma mesma subcomissão especial ou destinados às subcomissões permanentes já existentes. A proposta acordada foi levada à discussão e votação na reunião desta quarta-feira e aprovada.

Assim, de acordo com a parlamentar, os temas referentes aos requerimentos 273, 274, 275, de autoria do deputado Antônio Brito (PSD-BA) e que propunham a criação de subcomissões para avaliar a situação da saúde no país, para avaliar a situação da saúde complementar e para avaliar e propor alternativas para discutir a situação dos agentes comunitários de saúde e endemias, e o requerimento 313, da deputada Erika Kokay (PT-DF) e destinado a criar subcomissão especial destinada a discutir medidas para impedir a crescente terceirização nos serviços de saúde, serão tratados no âmbito da Subcomissão Permanente de Saúde.

Já os temas referentes aos requerimentos 299, do deputado Valtenir Pereira (PMDB-MT), que pretendia criar subcomissão para de-

bater e acompanhar as ações estratégicas e investimentos para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos povos indígenas e tradicionais, e ao requerimento 310, da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que pedia criação de subcomissão especial para tratar da saúde da população negra, serão tratados no âmbito da subcomissão permanente de assistência social.

Do mesmo modo, haverá a junção dos requerimentos 283, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), e 296, da deputada Leandre (PV-PR), para criação de uma única subcomissão especial, destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos e experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras, como a chamada “pílula do câncer”, a fosfoetanolamina.

Serão ainda criadas as subcomissões especiais para tratar do sistema de adoção brasileiro, conforme o requerimento 314, do deputado Henrique Mandetta (DEM-MS), assim como para discutir a situação das UTIs, conforme o requerimento 312, do deputado Silas Freire (PR-PI).

Por último, foi decidido que o tema referente ao requerimento 294, do deputado Giovani Cherini (PDT-RS), que requeria a criação de subcomissão para tratar sobre as práticas integrativas na saúde, será tratado no âmbito da subcomissão permanente de saúde ou da subcomissão permanente de previdência social.

Canal de comunicação permanente

A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Conceição Sampaio, anunciou que a CSSF manterá o já tradicional canal permanente de comunicação para ouvir as instituições da sociedade civil organizada, que já estão sendo atendidas por ela todas as quintas-feiras, bastando o agendamento.

“Costumo dizer que a pessoa que está em função pública e que ouve a população, erra menos. Por isso, sabendo que pela Comissão de Seguridade Social e Família são propostos e discutidos temas que podem melhorar diretamente a qualidade de vida da população, nada mais justo do que ouvir a sociedade, por nós representada. Assim, essa é uma prática de meus antecessores e que será mantida e se possível ampliada durante minha gestão à frente da Comissão de Seguridade Social e Família”, garantiu.

A seguir, registros de reuniões com representantes de diversas instituições que já discutiram temas de seu interesse que tramitam na Comissão.



Com representantes dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias e deputados da CSSF



Com os representantes de instituições que compõem a Fenasps - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social



Assessoria Parlamentar do Min. das Relações Exteriores

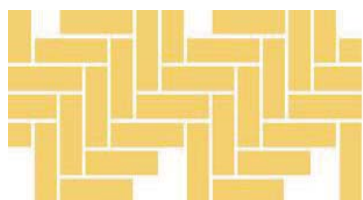


Deputado Estadual Luís Castro, do Amazonas



Com representantes do Conselho Federal de Medicina e o vice-presidente da CSSF, dep. Hiran Gonçalves (PP-RR)

Twitter: @cssf_seguridade



Plenário 7

Comissão de
Seguridade Social e Família

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Informativo nº 38

Comissão de Seguridade Social e Família

2 de junho de 2016

Projeto de Lei aprovado proíbe venda de refrigerante em escolas

O Projeto de Lei 1.755/2007, de autoria do deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG) e que proíbe a venda de refrigerantes em escolas da educação básica, teve seu parecer, relatado pela deputada Zenaide Maia (PR-RN), aprovado por unanimidade na reunião ordinária de 2/06 da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

A presidente da CSSF, deputada Conceição Sampaio (PP-AM), declarou que colocou o projeto na pauta de discussão da Comissão por sua relevância. “O projeto é muito relevante, por ter relação direta com a qualidade de vida de nossas crianças. Por isso eu o coloquei na pauta da Comissão”, disse a presidente.

Os deputados Pompeo de Matos, do PDT do Rio Grande Sul, e Adelmo Leão, do PT de Minas Gerais, iriam pedir vista ao PL, mas reviram suas posições, preocupados em atrasar a aprovação do PL, após serem lembrados pela deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) que a proposta tramitava há 15 anos. O deputado Jean Wyllis (PSOL-RJ) disse que mesmo considerando proibição uma medida drástica, iria votar pela aprovação do Projeto, por



Plenário da CSSF deliberou e aprovou por unanimidade o PL do dep. Fábio Ramalho, relatado pela dep. Zenaide Maia (no detalhe).

refrigerantes nas escolas da educação básica representa um grande passo para o combate a obesidade infantil e na prevenção de doenças futuras, como a hipertensão e a diabetes.

“É verdade que frituras, também vendidas nas cantinas das escolas, provocam a obesidade. Mas essas, pelo menos, são alimentos, ao contrário dos refrigerantes”, afirmou a relatora.

considerá-lo importante e bem-intencionado.

A deputada Zenaide Maia (PR-RN), em seu relatório com parecer pela aprovação, destacou que a proibição da venda de re-

PL institui procedimentos de identificação de recém-nascidos em hospitais e maternidades



Deputado Diego Garcia (PHS-PR)

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou o Projeto de Lei nº 1.067/2007, de autoria do deputado Miguel Martini (PHS-PR), e seus vários apensados, que teve parecer, com substitutivo e complementação de voto do deputado Diego Garcia (PHS-PR).

Pela proposta, os hospitais e as maternidades públicas ficam obrigados a colocar, no recém-nascido e na mãe, pulseiras com gravação numérica invariável, lacrada e indelével, imediata-

mente após o parto, na sala do parto e na presença de toda a equipe que tenha realizado o parto.

As pulseiras usadas para identificar as crianças somente poderão ser retiradas após mãe e filho deixarem o hospital ou a maternidade, que terão dois anos para regulamentar a medida após a publicação da Lei. Aprovado na CSSF o PL, que é sujeito à apreciação do Plenário, segue agora para as Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

EXPEDIENTE | REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALEXANDRE FONTOURA | REVISÃO: ELIZABETH BARBOSA | EDIÇÃO: DEP. CONCEIÇÃO SAMPAIO | FOTOS: CSSF E BANCO DE IMAGENS AG. CÂMARA | EMAIL: CSSF@CAMARA.LEG.BR | CONSULTORIA: MÁRIO GURGEL

Twitter: @cssf_seguridade

Audiência Pública discute a terceirização dos serviços de saúde no Distrito Federal e a contratação de servidores concursados

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou, em 31 de maio, Audiência Pública para discutir a terceirização dos serviços de saúde no Distrito Federal e a contratação de servidores concursados, conforme solicitado no requerimento nº 285/2016, da Deputada Erika Kokay (PT-DF), subscrito pelos deputados Rôney Nemer, Benedita da Silva (PT-RJ) e Jean Wyllys (PSOL-RJ).

Participaram da Audiência Pública, realizada no Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados o sr. Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, e Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.



Dep. Erika Kokay conduziu a Audiência Pública (Foto: Gustavo Lima)

AGENTES DE SAÚDE – A Comissão de Seguridade Social e Família também aprovou o requerimento Nº 332/16, do deputado Odorico Monteiro que "solicita a realização de Audiência Pública para debater com o Ministério da Saúde, a Confederação Nacional

dos Agentes Comunitários de Saúde e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, a Portaria no 958/2016, do Ministério da Saúde, publicada em 11 de maio de 2016". O deputado Jorge Solla subscreveu o requerimento.

Comissão aprova requerimentos para ouvir Ministros de Estado em Audiências Públicas

O Ministro da Saúde, Ricardo Barros, participará de audiência pública conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), para discutir assuntos referentes à pasta. O convite ao Ministro foi objeto de dois requerimentos aprovados na 4ª Reunião Ordinária da CSSF em 2016, realizada nesta quarta-feira (01/06).

O primeiro requerimento, de número 317/2016 e de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-RJ), foi votado em conjunto com o requerimento de nº 325/2016, do deputado Marcelo Belinati (PP-PR), que requeria o convite ao ministro Ricardo Barros para comparecer a audiência pública a ser

realizada com a CFFC, conforme aprovado no Requerimento 193/2016 por aquele colegiado. "Cabe a este Colegiado obter mais informações sobre como o Ministro conduzirá os projetos que são geridos por sua pasta, inclusive no âmbito do SUS, a planos de saúde e à relação que manterá com o setor privado", justificou Belinati.

Requerimentos – Na mesma reunião, foi aprovado o requerimento 336/2016, da deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC), para que seja convidado o ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, "para prestar informações sobre o plano de trabalho que se pretende implan-

tar na área". Também foram aprovados outros 24 requerimentos, solicitando a realização de audiências públicas no âmbito da Comissão.

Entre estes, foi aprovado o de nº 342/16, da deputada Leandre e outros – que "requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos, Educação, e Cultura para apresentação e debates das ações do Governo relacionadas à aplicação das determinações da Lei 13.257/2016 nas políticas públicas pela primeira infância". A deputada Zenaide Maia subscreveu o requerimento.

Atendimentos na Presidência da Comissão

A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Conceição Sampaio, atendeu na última quinta-feira (2/06), como de praxe, representantes de

diversas instituições, na Sala da Presidência da CSSF.

Segundo Conceição Sampaio, esse é um canal de diálogo que a Comissão de

Seguridade Social e Família sempre teve com as diversas instituições da Sociedade Civil e que ela pretende manter aberto e reforçar durante sua gestão na CSSF.



Recebendo a deputada Maria do Rosário e representantes da ANAPAR

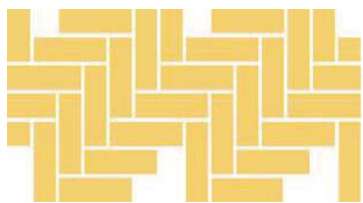


Com Rodrigo Boccia, do Departamento de Relações Institucionais da AMBEV



Com Jack Correa e Thiago Skaf, diretores da Coca-Cola

Twitter: @cssf_seguridade



Plenário 7

Comissão de
Seguridade Social e Família

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Informativo nº 39

Comissão de Seguridade Social e Família

9 de junho de 2016

Aprovado Projeto de Lei que combate exploração sexual de crianças e adolescentes em grandes obras

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF) aprovou, em reunião ordinária realizada na quarta-feira (8/6) o Projeto de Lei 8.042/2014, oriundo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa e que "dispõe sobre combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em contratos públicos de grandes obras".

O relatório do deputado Mandetta (DEM-MS), com parecer pela aprovação, foi aprovado por unanimidade pela Comissão, mas com declaração de votados deputados Jean Wyllis (Pso-RJ), Carmen Zanotto (PPS-SC), Laura Carneiro (PMDB-RJ), Jorge Solla (PT-BA), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), Assis Carvalho (PT-PI), Odorico Monteiro (PROS-CE), Erika Kokay (PT-DF), contrários ao uso da expressão "Prostituição" usada no voto do relator.

Outros projetos constantes na pauta não foram deliberados por pedidos de vistas, ou por terem sido retirados de pauta por seus autores ou relatores.

Requerimentos Aprovados - Na mesma reunião, foram deliberados e aprovados quatro requerimentos, entre eles o de número N°



Plenário da CSSF deliberou e aprovou por unanimidade o PL 8.042/14, relatado pelo deputado Mandetta (no detalhe).

345/16, da Sra. Carmen Zanotto, que "requeira seja realizado o IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, na Câmara dos Deputados, em conjunto pela Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Educação para debater o "Marco Legal da 1ª

Infância" (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância", com a exibição do filme "O Começo da Vida", direção de Estela Renner, que aborda a importância dos primeiros anos de vida na formação do ser humano e no futuro da sociedade".

Audiência Pública lota auditório Nereu Ramos com agentes comunitários de saúde e agentes de endemias pela revogação de portarias do MS



Audiência ocorreu no Auditório Nereu Ramos

Centenas de agentes comunitários de saúde e agentes de endemias de todo o Brasil lotaram o auditório Nereu Ramos e outros plenários do Anexo II da Câmara dos Deputados, na manhã de quinta-feira (9/6), para participar e acompanhar a Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social, proposta pelos deputados Odorico Monteiro e Raimundo Gomes de Matos e destinada a discutir as Portarias 958 e 959, de 10 de maio de 2016, editadas em 10 de maio deste ano pelo então secretário executivo da Saúde, José Agenor Álvares da Silva, como ministro interino.

Os textos preveem a retirada da obrigatoriedade da presença desses profissionais nas equipes multiprofissionais do Programa Saúde da Família (PSF) de serviço de atenção básica. Pelas normas, os agentes comunitários

de saúde poderiam ser substituídos por técnicos em enfermagem.

Atualmente, a Portaria 2488/11 estabelece a presença obrigatória desses profissionais no PSF, com proporção máxima de um agente para cada 750 pessoas atendidas e 12 profissionais por equipe de saúde da família.

Por isso, representantes das duas categorias registraram o desagrado dos trabalhadores com as duas medidas e exigiram sua revogação. De acordo com a presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, Ilda Angélica Correia, as medidas agridem os agentes. "Eles estão substituindo a figura do agente comunitário de saúde, que é quem faz o elo entre a comunidade e o serviço de saúde de atenção básica, pelo técnico de enfermagem."

EXPEDIENTE | REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALEXANDRE FONTOURA | REVISÃO: ELIZABETH BARBOSA | EDIÇÃO: DEP. CONCEIÇÃO SAMPAIO | FOTOS: CSSF E BANCO DE IMAGENS AG. CÂMARA | EMAIL: CSSF@CAMARA.LEG.BR | CONSULTORIA: MÁRIO GURGEL

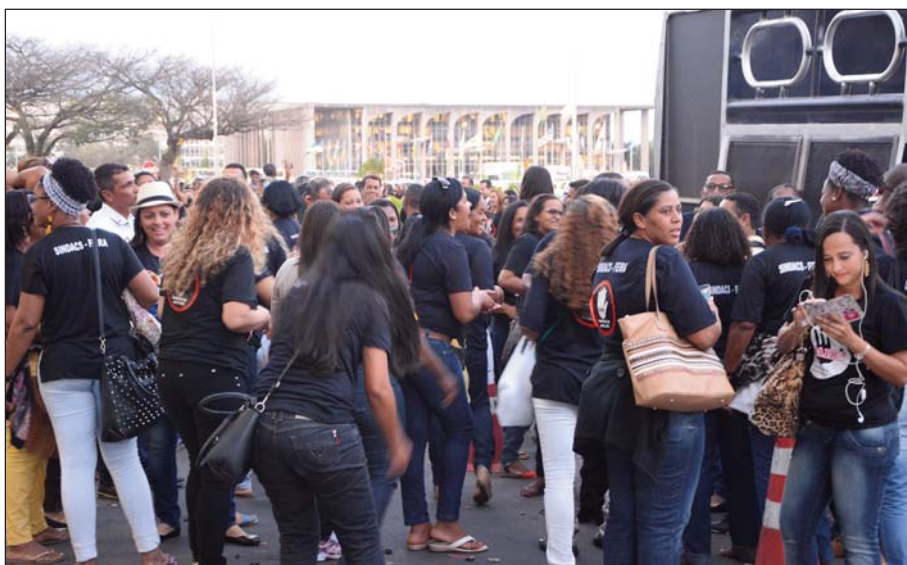
Ministro da Saúde decide revogar Portarias 958 e 959

A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), deputada Conceição Sampaio (PP-AM), informou que, no final da tarde de quinta-feira (9/6), recebeu uma ligação do Ministro da Saúde Ricardo Barros, comunicando que havia decidido revogar as portarias 958 e 959/16, que permitiam a contratação de técnicos de enfermagem para realizar trabalhos hoje feitos pelos agentes comunitários de saúde (ACS).

A decisão veio após a mobilização de deputados e agentes comunitários de saúde, que incluiu a realização da audiência pública para a discussão das duas medidas, realizada na manhã do mesmo dia, no auditório Nereu Ramos da Câmara, e a reunião do Ministro Ricardo Barros, no início da tarde, com uma comissão de deputados da CSSF e representantes das duas categorias.

“Assim, ficam definitivamente suspensos os efeitos das duas medidas”, informou Conceição Sampaio. Segundo ela, o Ministério da Saúde vai criar um grupo de trabalho com os gestores municipais e estaduais de saúde e com representantes dos agentes comunitários para a construção de melhorias no modelo de atenção básica.

“Agora esse grupo de trabalho que será instituído vai ter a participação de todo mundo. Pessoas que defendiam essas portarias e também os trabalhadores que realizam esse trabalho que, a meu ver, é extremamente importante e necessário para



Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Comunitários de Endemias comemoram a revogação das duas Portarias em concentração na frente do Ministério da Saúde, no final da tarde do dia 8.

o estado brasileiro, que é o Saúde da Família”, completou a presidente da CSSF.

O Brasil tem hoje 265 mil agentes comunitários trabalhando nos 26 estados e no Distrito Federal. Eles atuam visitando as casas de família, identificando os problemas de saúde e encaminhando os cidadãos que necessitam às unidades básicas de saúde.

De acordo com a deputada Conceição Sampaio, a Comissão de Seguridade vai continuar acompanhando as discussões sobre o tema.



Ilda Angélica Correia, presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, agradeceu a parceria e o apoio dos deputados da CSSF à causa dos ACS e ACE.

Atendimentos na Presidência da Comissão

Como ocorre semanalmente, a presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Conceição Sampaio, atendeu na última quinta-feira (9/06), representantes de diversas instituições, na Sala da Presidência da CSSF.

Desta vez, reuniram-se com a presidente da CSSF o diretor de Public Affairs, Marcello Scatollini, e a diretora de Government Affairs do Grupo Sanofi Pasteur para o Brasil. Na pauta da reunião, a vacina contra a dengue, desenvolvida pela Sanofi.

Em seguida, a deputada Conceição Sampaio recebeu Michele França e Ra-

fael de Souza, respectivamente diretora Médica e Gerente dos Laboratórios Roche, que discutiram a melhoria da qua-



Tércio Egon Kasten, Olímpio Távora e Dulce Tiné, da CNS, com a deputada Conceição Sampaio

lidade de vida das mulheres brasileiras.

A presidente da CSSF também recebeu o presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS), Tércio Egon Paulo Kasten, o assessor técnico da CNS Olímpio Távora, a assessora Dulce Tiné, a deputada Carmen Zanotto, e o assessor do deputado Luciano Ducci, Bruno Mattos.

Foram ainda recebidos a vice-presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Irene Ferreira, o presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, Paulo Lima, e a assessora parlamentar do Cofen, Daiana Dellagostin.



Rafael de Souza e Michele França, da Roche



Com Solange Dallana e Marcello Scatollini, da Sanofi Pasteur



Irene Ferreira, do Conselho Federal de Enfermagem, e Paulo Lima, do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas

Twitter: @cssf_seguridade



Informativo nº 40

Comissão de Seguridade Social e Família

16 de junho de 2016

Comissão aprova projeto oriundo da CPI da Máfia de Órteses e Próteses

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou, na reunião ordinária desta quarta-feira, 15, o Projeto de Lei 2.451/2015, oriundo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Cartelização na Fixação de Preços e Distribuição de Órteses e Próteses, inclusive, com a Criação de Artificial Direcionamento da Demanda e Captura dos Serviços Médicos por Interesses Privados - Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

O PL, relatado pelo deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), teve seu parecer aprovado por unanimidade pela Comissão, com emendas e complementação de voto do relator, que acolheu diversas contribuições apresentadas durante a discussão, por outros deputados. A proposta "disciplina a concessão de tutela de urgência em demandas judiciais que envolvam o fornecimento de medicamentos e dispositivos médicos".

A presidente da CSSF, deputada Conceição Sampaio, afirmou que tem procurado pautar para a discussão na Comissão os Projetos de Lei oriundos das CPLs da Câmara, assim como aqueles que impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas.

"É preciso que a sociedade tome conhecimento do fato que CPLs não 'terminam em pizza', como reza o senso comum. Sempre resulta em encaminhamentos e propostas, como Projetos de Lei. Por isso, vamos pautar todos os projetos de lei oriundos das CPLs", explicou Conceição Sampaio.



Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS) foi o relator do PL 2.451/15.



Plenário da CSSF deliberou e aprovou por unanimidade quatro Projetos de Lei na reunião do dia 15/06.

Projeto aprovado garante benefício para pessoa com deficiência

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) também aprovou, na mesma reunião ordinária, o Projeto de Lei 7.332/2014, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que "altera o art. 21-A da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a manutenção do benefício de prestação continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais".

A proposta e seus apensados (PL 1.662/2015 e PL 1.854/2015) teve parecer pela aprovação, com substitutivo, relatado pelo deputado Mário Heringer (PDT-MG), aprovado por unanimidade.

Outras propostas aprovadas – Ainda na sessão ordinária de quinta-feira, 16, foram aprovados os PLs 2.243/2015, de autoria do deputado Veneziano Vital do Rego (PMDB-PB), e 2.834/15, oriundo do Senado Federal (PLS 309/2012, de autoria do senador Paulo Paim, do PT-SP).

O PL 2.243/15 "acrescenta §2º ao art. 57 da Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping". O relator foi deputado Rôney Nemer (PP-DF), que teve seu parecer aprovado por unanimidade pela Comissão.

Já o PL 2.834/15, que "altera a Lei no 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda", teve seu parecer pela aprovação, relatado pelo deputado Zeca Cavalcanti (PTB-PB), também aprovado por unanimidade.

Também foram aprovados 15 requerimentos, sendo sete referentes a realização de audiências públicas e seminários, um referente a substituição do nome de convidado para audiência pública, e os restantes propondo a realização de visitas, por deputados da CSSF.



Deputado André Figueiredo, autor do PL 7.332/14, e deputado Mário Heringer, relator

Aposição do retrato do deputado Antônio Brito na Galeria de ex-Presidentes

O ex-presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) em 2015, deputado Antônio Brito (PSD-BA), teve seu retrato aposto na Galeria dos Ex-Presidentes da Comissão, no Plenário 7 do Anexo II da Câmara dos Deputados, antes do início da reunião ordinária desta quarta-feira, 15. Na ocasião, a atual presidente da CSSF, deputada Conceição Sampaio (PP-AM), destacou o trabalho realizado pelo deputado Antônio Brito.



Reunião da Subcomissão de Fármacos

Subcomissões realizam reuniões de trabalho

A Subcomissão Especial destinada a tratar de temas relacionados ao uso de fármacos experimentais para o tratamento de doenças graves ou raras, presidida pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), realizou, na quarta-feira, 14, às 15 horas, reunião ordinária na Sala da Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família, onde foram aprovados diversos requerimentos.

Já a Subcomissão Especial Destinada a Avaliar o Sistema de Adoção Brasileiro, presidida pelo deputado Mandetta (DEM-MS), realizou, na quarta-feira, às 12h50, uma reunião na Sala da Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família, onde foi aprovado o Plano de Trabalho da Subcomissão.

Audiências Públicas discutem zika vírus, microcefalia, hemofilia e autogestão em saúde

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Seguridade Social e Família e a Secretaria da Mulher realizaram audiência pública na quarta-feira (15) para debater a questão do zika vírus e microcefalia. O foco do debate era reunir profissionais de diferentes áreas para esclarecer dúvidas e dar suporte para mães que descobrem que seus os filhos têm microcefalia por causa do zika vírus.

A autora dos requerimentos para realização da audiência, deputada Zenaide Maia (PR-RN), informou que o objetivo era dar visibilidade à realidade enfrentada pelas famílias afetadas por este problema.

Também na quarta-feira, a CSSF debateu, em outra audiência pública, o tratamento da hemofilia e dependência tecnológica do setor. O debate foi proposto pelo deputado Paulo Foletto (PSB-ES) e subscrito pelos deputados Odorico Monteiro (PROS-CE), Geraldo Resende (PSDB-MS) e Adelman Carneiro Leão (PT-MG). A audiência ocorreu no plenário 7, a partir das 14h30.

Na quinta-feira, 15, foi a vez de a Comissão



O requerimento para a audiência pública para debater sobre planos de saúde de autogestão foi de autoria do deputado Jorge Solla (PT-BA)

de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizar a audiência pública para debater sobre planos de saúde de autogestão.

A autogestão em saúde é a modalidade na qual uma entidade administra, sem finalidade lucrativa, a assistência à saúde dos beneficiários a ela vinculados. O requerimento para a audiência foi de autoria do deputado Jorge Solla (PT-BA).

Atendimentos na Presidência da Comissão

A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF), deputada Conceição Sampaio (PP-AM), recebeu, na tarde desta quinta-feira, os senhores Marcelo Barbosa, da Secex Saúde; Fábio Granja, da Secex Previdência; e Israel Teixeira de Assunção, da Assessoria Parlamentar do Tribunal de Contas da União. Em seguida, recebeu a presidente da Subcomissão Permanente de Previdência da CSSF, deputada Cristiane Yared, e o Diretor Parlamentar do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Daisson Portanova; Carlos Alberto de Souza, vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamen-

tário, e Misma Rosa Suhett, vice-presidente de Aposentadoria e Pensões da ANFIP - Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil; e os representantes da Assessoria Parlamentar da Marinha do Brasil, capitães-de-fragata Fábio Tayarol Marques e Leonardo Taumaturgo Pavoni, e a capitão-de-corveta Erika Las Casas Leão, que trouxeram o apoio da Marinha do Brasil aos trabalhos da CSSF e fizeram o convite para que, em breve, a presidente da Comissão possa conhecer mais profundamente o trabalho que a Marinha, assim como as demais Forças Armadas, desenvolve na Amazônia.



Com Carlos Alberto de Souza e Misma Rosa Suhett, da ANFIP.



Com Marcelo Barbosa, da Secex Saúde; Fábio Granja, da Secex Previdência; e Israel Teixeira de Assunção, da Assessoria Parlamentar do Tribunal de Contas da União.

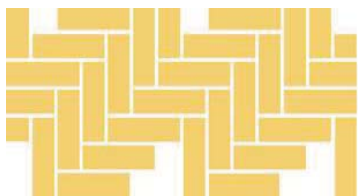


Com a deputada Cristiane Yared, e o Diretor Parlamentar do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Daisson Portanova.



Com os capitães-de-fragata Fábio Tayarol Marques e Leonardo Taumaturgo Pavoni, e a capitão-de-corveta Erika Las Casas Leão, da Marinha do Brasil.

Twitter: @cssf_seguridade



Plenário 7

Comissão de
Seguridade Social e Família

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Informativo nº 41

Comissão de Seguridade Social e Família

22 de junho de 2016

Comissão aprova projeto que condiciona pagamento do Bolsa Família a reuniões de pais com professores

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, na terça-feira (21), proposta que condiciona o pagamento dos benefícios do programa Bolsa Família à presença dos pais de alunos em reuniões com professores. Pelo texto, as reuniões deverão ocorrer fora do horário de trabalho dos pais. O Projeto de Lei 6747/10, originado no Senado e de autoria do senador Cristóvam Buarque (PPS-DF), teve o parecer da relatora, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), aprovado por 30 votos, com os votos contra dos deputados Odorico Monteiro (PROS-CE), Assis Carvalho (PT-PI), Zenaide Maia (PPS-SC), Jorge Solla (PT-BA), Ivan Valente (PSOL-SP) e Angela Albino (PCdoB-SC), tendo apresentado voto em separado o Deputado Jorge Solla.

O texto altera a Lei 10.836/04, que criou o Bolsa Família. A lei já estabelece que a concessão de benefícios do programa depende do cumprimento de exigências relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde e à frequência escolar de 85%.

A proposta ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e



Relatório da deputada Flávia Moraes ao PL do Senador Cristóvam Buarque foi aprovado (ambos no detalhe).

de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas por ter sido rejeitada anteriormente pela Comissão de Educação e aprovada agora pela CSSF, a proposta perdeu o caráter conclusivo e seguirá para análise do Plenário.



Estatuto do Idoso em bancos e estabelecimentos comerciais e de serviços

Foi ainda aprovado na reunião ordinária o Projeto de Lei nº 34/2015, de autoria do deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES) e que "acrescenta artigo à Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências". A proposta torna obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto do Idoso nos estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços". O parecer pela aprovação da relatora, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), com emenda, foi aprovado por unanimidade, com complementação de voto.



Deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES)

Projeto garante divulgação de informações sobre doação de sangue do cordão umbilical

A CSSF também aprovou na mesma reunião o Projeto de Lei nº 4.480/2008, do deputado Roberto Britto (PP-BA), que "altera a Lei no 9.434, de 04 fevereiro de 1997, e garante as informações sobre a importância e os benefícios da doação do sangue do cordão umbilical e a divulgação dos mesmos". Em seu parecer, aprovado por unanimidade pelo colegiado, a relatora, deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC), afirma que a proposta altera o artigo 9-A da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento", para acrescentar-lhe a frase "e divulgação dos

mesmos nos meios de comunicação". Segundo a relatora, com essa alteração, o autor pretende garantir a divulgação nos meios de comunicação de informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário.



Deputado Roberto Britto, autor do PL 4.480/2008, e deputada Geovânia de Sá, relatora

EXPEDIENTE | REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALEXANDRE FONTOURA | REVISÃO: ELIZABETH BARBOSA | EDIÇÃO: DEP. CONCEIÇÃO SAMPAIO | FOTOS: CSSF E BANCO DE IMAGENS AG. CÂMARA | EMAIL: CSSF@CAMARA.LEG.BR | CONSULTORIA: MÁRIO GURGEL

Twitter: @cssf_seguridade

Crise financeira nas Santas Casas é tema de audiência pública da Comissão

Fotos: Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu, na quinta-feira (21), audiência pública para discutir a situação em que se encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na área da saúde. Os participantes da reunião – resultado do requerimento Requerimento de Nº 353, do Deputado Antônio Brito, subscrito pelos Deputados Sinval Malheiros, Carmen Zanotto, Jorge Solla e Odorico Monteiro, denunciaram o desequilíbrio dos contratos firmados entre as santas casas e os governos municipais e estaduais. Segundo eles, essa seria uma das explicações para o déficit de R\$ 21 bilhões do setor.

Participaram da Audiência Pública o presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Edson Rogatti; o gerente de operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sandro Ambrósio da Silva; e o Superintendente Nacional de Negócios com Grandes Empresas da Caixa Econômica Federal, Gustavo de Moraes Fernandes.

Durante as discussões, foi informado que as secretarias de saúde custeiam apenas 60% do gasto com o atendimento ambulatorial e cirúrgico do paciente nos contratos firmados com as santas casas. O resto é desembolsado pela própria instituição. Também foi revelado que, em 2015, 218 hospitais filantrópicos fecharam as portas, o que representou uma redução de 11 mil leitos na rede pública. A participação dessas entidades nos atendimentos também foi reduzida: passou de 88% em 2012 para 60% em 2015.

Durante a audiência, foi levantada a possibilidade de a Caixa Econômica complementar essa



Audiência debateu os principais problemas das santas casas e dos hospitais e entidades filantrópicas na área de saúde

carteira de investimentos com os recursos não desembolsados pelo BNDES no programa de reestruturação financeira.

Para o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) a oferta de créditos pelo BNDES e pela Caixa poderia ter juros mais baixos. Os deputados Jorge Solla (PT-BA) e Odorico Monteiro (Pros-CE) defenderam a aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/15 que

eleva os gastos federais mínimos com ações e serviços públicos de saúde, dos atuais 15% sobre a receita corrente líquida (RCL) para 18,7%. Na opinião de Monteiro, isso vai garantir certa estabilidade nas finanças da saúde. Já a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) defendeu a revisão na tabela do SUS. Em sua opinião, seria uma medida de repor parte dos recursos da área cortados pelo ajuste fiscal.



Dep. Odorico Monteiro (PT-MG)



Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC)



Dep. Antonio Brito (PTB-BA)

Atendimentos na Presidência da Comissão

A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), deputada Conceição Sampaio (PP-AM), prossegue atendendo na sala da presidência da CSSF representantes de várias instituições que buscam diálogo com a Comissão. Nesta semana, foram recebidos pela parlamentar o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa, e o presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP), Francisco Balestrin. Na pauta das reuniões, assuntos de interesse das entidades e da própria Comissão de Seguridade Social e Família.

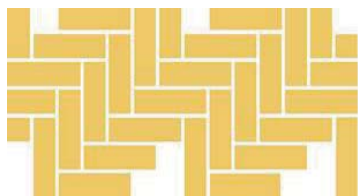


Com o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa



Com o presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP), Francisco Balestrin

Twitter: @cssf_seguridade



Audiência Pública conjunta da CSSF e CMulher discute o câncer de colo de útero no Brasil

O câncer de colo de útero é o terceiro tipo de tumor que mais mata mulheres no País e o Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima que 16.340 mulheres serão diagnosticadas com a doença neste ano. Por isso, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher), promoveu Audiência Pública, no dia 28/6, para discutir o câncer de colo de útero no Brasil.

Pela CSSF, o debate foi sugerido pelo deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), por meio Requerimento nº 301, subscrito pelas Deputadas Dulce Miranda (PMDB-TO) e Carmen Zanotto (PPS-SC) e, pela CMulher, por meio do Requerimento nº 07, da Deputada Zenaide Maia (PR-RN).

Segundo o Ministério da Saúde, existem 285 hospitais no País habilitados para tratar casos de câncer de colo de útero. Entretanto, desse total, apenas 10 estão localizados na região Norte, que tem a maior taxa de mortalidade do País, com 11,51 mortes por 100 mil mulheres.

O debate, realizado no Plenário 7 do Anexo 2, a partir das 14h30, contou com a



Audiência conjunta das comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) para debater sobre o câncer de colo de útero (Cleia Viana / Câmara dos Deputados)

participação do Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Gustavo Fernandes; da Presidente do Grupo EVA - Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, Angélica Nogueira; do Presidente da Comissão de Gi-

necologia Oncológica da FEBRASGO, Jesus Paula Carvalho; e da Representante do Departamento de Atenção Especializada e Temática do SUS - DAET do Ministério da Saúde, Maria Inês Gadelha.

Comissão aprova PL que restringe a comercialização de álcool líquido

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, na reunião ordinária de terça-feira (28), o Projeto de Lei 4233/12, do deputado Rubens Bueno (PPS-PR), que permite a comercialização de álcool líquido apenas nos locais de dispensação de medicamentos, e até o volume de 50 ml. O objetivo da medida é prevenir acidentes relacionados ao uso do álcool, principalmente no ambiente doméstico.

A proposta permite a venda de álcool gel com graduação superior a 46,2° INPM na quantidade máxima de 500 gramas e em embalagem resistente a impacto.

O PL 4233/12 prevê ainda outras regras sobre a venda de álcool de uso doméstico, como a proibição de sua venda para menores de 18 anos e da utilização de rotulagens ou embalagens atrativas às crianças.

O parecer da relatora, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), foi favorável à proposta. A deputada destaca o alto número de acidentes



Deputado Rubens Bueno, autor do PL 4.233/2012, e deputada Carmen Zanotto, relatora

de queimaduras pelo mau uso de álcool etílico.

O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor e rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, em seguida, será votado pelo Plenário.

Registro e Homenagem



A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputada federal Conceição Sampaio (PP-AM) fez questão de registrar, ao final da reunião ordinária da CSSF de terça-feira, 28, a aposentadoria da servidora da Comissão Eliane Gontijo, após 24 anos de serviços prestados à Câmara dos Deputados, dos quais 17 na Comissão. A presidente da CSSF destacou que "nós, parlamentares, apenas passamos pelas Casas Legislativas. Mas os servidores são a verdadeira alma do Poder Legislativo. Por isso, receba nosso reconhecimento e agradecimento", disse Conceição.

Comissões discutem a prorrogação de contratos do Mais Médicos prevista na Medida Provisória 723

Fotos: Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados

Audiência Pública Conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Educação discutiu a prorrogação do prazo de atuação dos médicos brasileiros formados no exterior e, também, dos estrangeiros que trabalham no programa Mais Médicos, sem diploma revalidado. A Medida Provisória 723/16 prorroga esse prazo por mais três anos.

Durante o debate, representantes de entidades médicas criticaram a prorrogação do prazo de atuação dos médicos brasileiros formados no exterior e, também, dos estrangeiros que trabalham no programa Mais Médicos, sem diploma revalidado.

Participaram da reunião o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital; o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Florentino de Araújo Cardoso Filho; o diretor de Programas da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Neilton Araújo de Oliveira.

O deputado Alan Rick (PRB-AC), proponente do debate, defendeu a participação no Mais Médicos de brasileiros que se formaram na Bolívia ou no Paraguai. Já para o Deputado Mandetta, também proponente do debate, os médicos formados no Brasil devem ter prioridade no preenchimento das vagas.



Os deputados Alan Rick (PRB-AC) e Mandetta (DEM-MS), proponentes do debate.

A MP 723 foi enviada ao Congresso pela presidente afastada Dilma Rousseff. O prazo da MP vence em 30 de junho, mas pode ser prorrogado.



Aprovado Projeto de Lei que obriga a ginástica laboral no serviço público

Ainda na reunião ordinária do dia 28, a Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a proposta que obriga os órgãos e as entidades da administração pública federal (direta e indireta) a oferecerem, no próprio local de trabalho, atividades de ginástica laboral aos seus servidores.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG) ao Projeto de Lei 6083/09, do deputado Luiz Couto (PT-PB). O relator retirou a previsão do projeto original de pausa de, no mínimo, dez minutos a cada quatro horas de trabalho para os exercícios para quem realiza esforço físico repetitivo.



Deputado Luiz Couto, autor do PL 6.083/09, e deputado Adelmo Carneiro Leão, relator.

Comissão aprova obrigação de empresa lavar os uniformes contaminados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou na reunião ordinária da última terça-feira (28) o Projeto de Lei 323/15, do deputado Jorge Solla (PT-BA), que responsabiliza as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados.

Pelo texto aprovado na CSSF, são considerados produtos nocivos ao meio ambiente aqueles que, na lavagem dos uniformes, liberem resíduos poluidores que não podem ser lançados em rios ou em esgotos públicos ou privados. A relatora da proposta, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), apresentou relatório pela aprovação, e teve seu parecer aprovado por unanimidade pelo colegiado.



Deputado Jorge Solla, autor do PL 323/15, e deputada Carmen Zanotto, relatora.

Atendimentos na Presidência da Comissão

A presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Conceição Sampaio, recebeu na tarde de terça-feira, 28, Débora Kawano e Fabrício Gonçalves, representantes da Sociedade Brasileira de Radiologia, que vieram discutir o PL 3886/2015; Tatiane Garcia Schofield e Aluizio Davis, representantes da Interfarma – Associação

da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, que vieram acompanhados da deputada federal Mariana Carvalho (PSDB-RO); além do Diretor de Relações Institucionais e da Assessora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes – ABIR, André Porto e Mariana Bianchetti.



Com Débora Kawano e Fabrício Gonçalves, representantes da Sociedade Brasileira de Radiologia

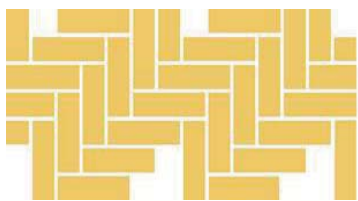


Com Tatiane Garcia Schofield e Aluizio Davis, da Interfarma, e deputada Mariana Carvalho



Com Mariana Bianchetti e André Porto, da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes – ABIR

Twitter: @cssf_seguridade



Plenário 7

Comissão de
Seguridade Social e Família



Informativo nº 43

Comissão de Seguridade Social e Família

28 de julho de 2016

IV Seminário do Marco Legal da Primeira Infância discutiu implementação da Lei

Realizado nos dias 5, 6 e 7 de julho e resultado de uma iniciativa conjunta da Câmara dos Deputados (Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, Frente Parlamentar da Educação, Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Educação; Seguridade Social e Família), do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e do Senado Federal (Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz e Procuradoria Especial da Mulher), o IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância sucedeu as três edições anteriores de Seminários Internacionais com apresentações e debates que ensejaram a proposição e aperfeiçoamento do Marco Legal da Primeira Infância, recentemente sancionado como Lei Federal nº 13.257/2016. Esta nova legislação institui a Política Integrada da Primeira Infância, visando à atuação intersetorial e multiprofissional para promoção do desenvolvimento humano a partir da atenção às crianças de até seis anos de idade.

Para levar a fundo as discussões para a adequada aplicação da Lei 13.257/2016, por meio de exposições, trocas de experiências, debates e difusão de boas práticas e materiais de referência que favoreçam sua adequada compreensão e implementação, o Seminário contou, em sua programação, com especialistas e autoridades que participaram de duas mesas redondas com vários temas, dois painéis e seis audiências públicas, durante os três dias de duração do seminário e em vários plenários e auditórios da Câmara e do Senado.

A Solenidade de abertura, realizada no dia 5, no auditório Petrônio Portela do Senado, contou com as presenças do Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, Senador José Medeiros; da Presidente da Comissão de Valorização



O Seminário contou, em sua programação, com especialistas e autoridades que participaram de duas mesas redondas com vários temas, dois painéis e seis audiências públicas, durante os três dias de sua duração.

da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal, Sra. Lislle Lucena; do Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, Deputado Alex Canziani; do Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Deputado Arnaldo Faria de Sá, da Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, Deputada Conceição Sampaio; da Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados - Deputada Gorete Pereira; do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra; e do representante do Diretor do Banco Mundial no Brasil, senhor Boris Utria.

Ao longo dos diversos eventos e debates, parlamentares e outras autoridades, incluindo Cida

Borghetti, Vice-governadora do Paraná e Presidente da Comissão Especial da Primeira Infância em 2014 e o Ministro da Saúde Ricardo Barros, foram moderadores e coordenadores das mesas de discussão e das audiências públicas.

Ao final do IV Seminário, fica a certeza de que o Marco Legal da Primeira Infância coloca o Brasil na vanguarda da era dos direitos positivos em termos de elaboração de leis voltadas à promoção do desenvolvimento integral na Primeira Infância, e que investir na Primeira Infância é a melhor estratégia para promoção da experiência plena de ser criança, de contribuir para o desenvolvimento humano saudável, requisito essencial para o desenvolvimento sustentável de uma Nação.

Comissão discute repasses do Pronon e Pronas

No dia 13 de julho, reunião da Comissão de Seguridade Social e Família com os gestores de hospitais de várias regiões do país, discutiu sobre uma possível redução de repasses de recursos do Pronon e Pronas. Os dois programas são implantados pelo Ministério da Saúde para incentivar ações e serviços desenvolvidos por entidades, associações e fundações privadas sem fins lucrativos no campo da oncologia e da pessoa com deficiência.



EXPEDIENTE | REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALEXANDRE FONTOURA | REVISÃO: ELIZABETH BARBOSA | EDIÇÃO: DEP. CONCEIÇÃO SAMPAIO | FOTOS: CSSF E BANCO DE IMAGENS AG. CÂMARA | EMAIL: CSSF@CAMARA.LEG.BR | CONSULTORIA: MÁRIO GURGEL

Twitter: @cssf_seguridade

Em audiência pública conjunta, ministro da Saúde garante continuidade do Mais Médicos e investimentos

Reunião conjunta de três comissões da Câmara recebe em 13 de julho o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para prestar esclarecimentos sobre temas da pasta como o programa Mais Médicos, a situação do SUS e do programa Farmácia Popular.

A audiência pública, promovida pelas comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Defesa do Consumidor; e de Seguridade Social e Família, ocorreu a partir das 9h30, no plenário 9.

Na reunião, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu maior investimento em prevenção e promoção da saúde e assegurou a manutenção do programa Mais Médicos. Também apresentou as prioridades de sua gestão aos deputados, como a melhoria da gestão, informatização de sistemas, combate ao mosquito *Aedes aegypti* e fortalecimento do complexo industrial da saúde.

Barros também defendeu maior resolução na atenção básica, o que refletirá em maior capacidade de atendimento nos demais serviços.

Na semana anterior, o ministro Ricardo Barros assinou portaria com diretrizes para promoção da alimentação saudável nas unidades do Ministério da Saúde em todo o



O ministro Ricardo Barros, defendeu maior investimento em prevenção e promoção da saúde e assegurou a manutenção do programa Mais Médicos.

país. A proposta é estender essas regras aos demais órgãos e entidades da administração direta federal. O ministro informou aos parlamentares que tem buscado aplicar

ainda a proposta às escolas públicas e privadas.

O ministro da Saúde também garantiu aos deputados a manutenção do programa Mais Médicos. “Hoje, metade dos municípios brasileiros só têm médicos do programa Mais Médicos. É uma grande prioridade do governo”, afirmou.

Subcomissão dos Fármacos Experimentais aprova plano de trabalho

Sob presidência do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a Subcomissão Especial Destinada a Tratar Temas Relacionados ao Uso de Fármacos Experimentais para Tratamento de Doenças Raras ou Graves realizou reunião na Sala da Presidência da CSSF, no dia 5 de julho para apreciação do Plano de Trabalho da Subcomissão. A reunião contou com a presença dos deputados Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), Carmen Zanotto (PPS-SC), Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Leandre (PV-PR) e Miguel Lombardi (PR-SP).

Comissão de Seguridade Social e Família aprova total de sete emendas à LOA 2017

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados aprovou na reunião ordinária do dia 6 de julho um total de sete emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017. Por acordo, foram escolhidas três emendas de metas e as quatro emendas de texto que serão protocolizadas pela CSSF na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Emenda de Meta 1, na área de Previdência Social, refere-se à Instalação de 20 Unidades de Funcionamento do INSS. A emenda de meta 2, foi destinada à área de saúde e destina-se à capacitação de Profissionais de Saúde para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), visando a Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade, voltadas

para a área de Primeira Infância. A emenda de meta 3 foi destinada à área de Assistência Social, para desenvolvimento do Serviço de acolhimento em família acolhedora, na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Entre as emendas ao texto da LOA 2017, destaca-se a Emenda nº 4, que propõe que o § 7º vigore com a seguinte redação: “Os recursos mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão obtidos pelo maior valor entre a aplicação do percentual de que trata o art. 198, § 2º, inciso I, da Constituição Federal e o montante efetivamente aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2015, sendo este montante corrigido pela variação de índice geral de preços a ser definido pelo Poder Executivo”.

Presidente da CSSF acompanha ação de navio hospital da Marinha na Amazônia

A convite do Comando da Marinha do Brasil, a presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Conceição Sampaio (PP-AM), acompanhou, na manhã do dia 28 de julho, uma operação de Assistência Hospitalar (AssHop), executada pelo Navio de Assistência Hospitalar (NASH) Dr. Montenegro no distrito do Cacau-Pirêra, em Iranduba, Amazo-

nas. A parlamentar foi recebida pelo comandante do NASH, Capitão-de-corveta Ramon, e acompanhada por assessores e pelos Comandantes Carlos Eduardo Lopes da Cruz e Flávio Pinheiro da Cruz, do Estado-Maior do Comando do 9º Distrito Naval, e pelo Capitão-de-Fragata Pavoni, da assessoria parlamentar do Gabinete do Comandante da Marinha.



Comandante Lopes da Cruz, do 9º Distrito Naval, faz apresentação para a presidente da CSSF.



Deputada Conceição Sampaio com oficiais e praças do 9º DN e do navio, em um dos laboratórios.



Deputada Conceição Sampaio a bordo do NASH Dr. Montenegro, ao final da visita.

Twitter: @cssf seguridade

Contato:

Comissão de Seguridade Social e Família
Câmara dos Deputados
Anexo II, Pav. Superior, Ala A, Sala 143
(61) 3216-6784 / 6785

Realização:

COMISSÃO DE
SEGURIDADE SOCIAL
E FAMÍLIA



Informações:
Comissão de
Seguridade Social e Família
<http://www2.camara.leg.br/cssf>
Tel.: (61) 3216-6784